

# REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

a. 49

n. 194

abr./jun. 194

## REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Brasília · ano 49 · nº 194 · abril/junho · 2012

Lenio Luiz Streck	Do pamprincipiologismo à concepção hipossuficiente de princípio. Dilemas da crise do direito 7
Jorge Barrientos-Parra e Jorge Luís Mialhe	Lei de Anistia. Comentários à sentença do Supremo Tribunal Federal no caso da ADPF 153 23
Leonel Cesarino Pessôa	Regulação dos Fundos Soberanos. O debate norte-americano 41
Roger Stiefelmann Leal	A propriedade como direito fundamental. Breves notas introdutórias 53
Marco Aurélio Gumieri Valério	A (in)sustentável leveza do direito internacional 65
Ana Maria D'Ávila Lopes e Renato Espíndola Freire Maia	Políticas públicas de reconhecimento para a defesa dos direitos humanos dos homossexuais 75
Valéria Ribas do Nascimento	Neoconstitucionalismo e ciberdemocracia. Desafios para implementação da cidadania na perspectiva de Pérez Luño 89
Daniella Maria dos Santos Dias	Planejamento e ordenamento territorial no sistema jurídico brasileiro 107
Marciano Seabra de Godoi	Estudo comparativo sobre o combate ao planejamento tributário abusivo na Espanha e no Brasil. Sugestão de alterações legislativas no ordenamento brasileiro 117
Erivaldo Moreira Barbosa e Maria de Fátima Nóbrega Barbosa	Direito de Águas. Arranjo jurídico-institucional, política e gestão 147
Ana Carla Bliacheriene e Renato Jorge Brown Ribeiro	A questão do endividamento público dez anos após a publicação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Avanços e limitações 159
Urbano Carvelli	A democracia nos estados islâmicos. Variáveis determinantes da compleição no limiar do século XXI 173
Wremyr Scliar	Coisa julgada e decisões de controle externo terminativas 205
Gustavo César Machado Cabral	Do <i>ordo à cognitio</i> . Mudanças políticas e estruturais na função jurisdicional em Roma 227

Carlos Wagner Dias Ferreira	A “responsibility to protect” no caso de violação de direitos humanos. Um conceito em busca de juridicidade e legitimidade decisória 241
Michael César Silva e Wellington Fonseca dos Santos	O direito do consumidor nas relações de consumo virtuais 261
Francysco Pablo Feitosa Gonçalves	Os princípios numa perspectiva hermenêutica. Novos diálogos com Nelson Saldanha 283

## SUMÁRIO

### TEORIA GERAL

1. Um olhar transversal e difuso aos Direitos Humanos de terceira dimensão: a solidariedade concretizando o dever de respeito à ecologia e efetivando o postulado da dignidade da condição humana  
REGINA VERA VILLAS BÔAS..... 11
2. Agenciamentos filosóficos do Direito Privado: desejar/desterritorializar/nomadizar I  
BELMIRO JORGE PATTO..... 35
3. O pensamento kelseneano e o conceito de vontade no direito privado  
HENRIQUE GARBELLINI CARNIO..... 57

### INSTITUTOS DE DIREITO PRIVADO NAS RELAÇÕES JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO

1. Modulação de efeitos da decisão de inconstitucionalidade no direito tributário e a vedação de enriquecimento ilícito pelo Estado  
GEORGES ABBOUD ..... 73
2. A distribuição do ônus da prova nas relações de direito privado: será preciso, mesmo, mudar?  
JÚLIO CÉSAR ROSSI..... 87

### DIREITOS DA PERSONALIDADE

1. Pessoas jurídicas e direitos da personalidade  
Pessoa jurídica pode sofrer dano extrapatrimonial?  
CARLA WAINER CHALRÉO LGOW ..... 115

### OBRIGAÇÕES

1. Dos riscos de perecimento fortuito antes da tradição da coisa vendida  
A controvérsia sobre o problema do *periculum rei venditae* entre os juristas da Escola Humanista  
EDSON KIYOSHI NACATA JUNIOR..... 143

2. A evolução da jurisprudência na busca pela efetividade das decisões judiciais e o papel da multa coercitiva  
MIRIAM COSTA FACCIN..... 201

#### RESPONSABILIDADE CIVIL

1. O crime de “saidinha de banco” e o fortuito interno  
JOÃO HORA NETO..... 231
2. A responsabilidade civil no diagnóstico genético pré-implantacional  
JULIANO RALO MONTEIRO ..... 273
3. Meio ambiente e responsabilidade civil pós-contratual  
ROGÉRIO DONNINI ..... 311

#### CONTRATOS

1. O Acordo de Não Divulgação (NDA) e a questão do rompimento das negociações  
MARCOS ALBERTO SANT’ANNA BITELLI ..... 333

#### FAMÍLIA

1. Intervalos de lucidez: subsídios para a teoria das incapacidades  
EDGARD AUDOMAR MARX NETO ..... 379
2. A tutela extrajudicial e o princípio da dignidade na elaboração de testamentos por portadores de deficiência  
MARTIANE JAQUES LA FLOR ..... 405
3. Família, criança e sujeito de direitos vulneráveis: breves notas à luz do pensamento tomista  
LUCIANO DE CAMARGO PENTEADO ..... 433

#### SUCCESSÕES

1. Simulacro de adoção manipulado para participar de partilha – Nulidade  
CARLOS OSWALDO BEVILACQUA ..... 465

#### JURISPRUDÊNCIA COMENTADA

1. A capitalização de juros em contratos bancários – Comentário ao acórdão do STJ que julgou o REsp 1.302.738/SC  
LUIZ FERNANDO DE CAMARGO PRUDENTE DO AMARAL..... 511

## RESENHAS

1. *O contrato de agência: seus elementos tipificadores e efeitos jurídicos*, de Gustavo Haical  
Resenha por THIAGO SILVEIRA ANTUNES ..... 547
2. *Onerosidade excessiva no contrato civil*, de Paulo Magalhães Nasser  
Resenha por WELDER QUEIROZ DOS SANTOS..... 549

**NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORAL INÉDITA..... 553**

# REVISTA DE DIREITO DO CONSUMIDOR

v. 21

n. 83

Jul./set. 2012

## SUMÁRIO

### ATUALIZAÇÃO DO CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

1. A contingente atualização do Código de Defesa do Consumidor: novas fontes, metodologia e devolução de conceitos  
FERNANDO RODRIGUES MARTINS E KEILA PACHECO FERREIRA..... 11
2. As organizações auxiliares ao Poder Judiciário na complexidade da semântica do consumo  
LEONEL SEVERO ROCHA E ANA PAULA ATZ..... 55
3. Anotações sobre o Anteprojeto da Comissão de Juristas para a atualização do Código de Defesa do Consumidor, na parte referente ao comércio eletrônico  
CESAR SANTOLIM..... 73

### SUPERENDIVIDAMENTO

1. Una aproximación al perfil del consumidor sobreendeudado argentino  
LORENA VANINA BIANCHI, MARÍA FLORENCIA CLEMENT, MARÍA BETANIA DOS SANTOS FREIRE E GABRIELA WEIDMANN..... 85
2. Breves linhas sobre o estudo comparado de procedimentos de falência dos consumidores: França, Estados Unidos da América e Anteprojeto de Lei no Brasil  
KÁREN RICK DANILEVICZ BERTONCELLO..... 113

### AÇÕES DE MASSA E PROTEÇÃO PROCESSUAL

1. A tutela processual do consumidor: aspectos de convergência entre o Projeto do novo CPC e os projetos de atualização do CDC  
FERNANDO RUBIN..... 141
2. O processo europeu de menor quantia para litígios transfronteiriços com consumidores  
LUCIANE KLEIN VIEIRA..... 165

### PALESTRAS NO XI CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO DO CONSUMIDOR

1. Repensar las acciones para la protección internacional de los consumidores frente a la crisis financiera  
RICARDO LORENZETTI..... 193

2. A proteção do turista através do direito do consumidor: efeitos da globalização e o estudo empírico da China  
WEI DAN ..... 207
3. A proteção do consumidor pelos tribunais: desafios dos fenômenos de massa  
CHRISTOPH A. KERN  
Traduzido por LISIANE MARIA GIORDANI ..... 223

**CONTRATOS**

1. Princípio da relatividade contratual: da doutrina de Pothier ao Código Civil brasileiro de 2002 e ao microsistema do Código de Defesa do Consumidor  
PABLO CAMARÇO DE OLIVEIRA ..... 241

**RESPONSABILIDADE CIVIL DOS BANCOS, CRÉDITO AO CONSUMIDOR E USURA**

1. As excludentes de responsabilidade civil dos bancos no CC e no CDC à luz da jurisprudência brasileira  
MARCELO JUNQUEIRA CALIXTO ..... 265
2. A usura nas instituições financeiras – O atual regime dos contratos de crédito ao consumo em Portugal  
MARIA CRISTINA PORTUGAL ..... 285

**LEGISLAÇÃO COMENTADA**

1. A tipificação do crime de condicionar o atendimento médico-hospitalar emergencial à prestação de qualquer garantia – Comentários à Lei 12.653/2012  
BRUNO MIRAGEM ..... 303

**SÚMULA COMENTADA**

1. Comissão de permanência e contrato bancário: comentários à nova Súmula 472 do STJ  
BRUNO MIRAGEM ..... 311

**JURISPRUDÊNCIA COMENTADA**

1. Proteção da confiança do consumidor e responsabilidade das cooperativas médicas que operam com a mesma marca – Comentários à decisão da ApCiv 893.413-2 do TJPR  
BRUNO MIRAGEM ..... 329

**NOTAS E RELATÓRIOS**

1. Programa *Consumer Protection in the U.S. – A Project for Brazil*, dias 18 a 26 de julho de 2011 – Relatório e Conclusões..... 407
2. Carta do Rio de Janeiro da Asadip sugerindo incluir na agenda da Conferência de Haia de Direito Internacional Privado a proteção do turista-consumidor  
Por CLAUDIA LIMA MARQUES..... 419

**TRABALHOS FORENSES**

1. Ação Coletiva de Consumo por cobrança indevida de emissão de boletos bancários  
FELIPE KIRCHNER E RAFAELA CONSALTER..... 437
2. Abusividade de cláusula de exclusão de responsabilidade em contratos de seguros de vida e acidentes pessoais  
MARCO ANTONIO ZANELATO ..... 477

**RESENHAS**

1. *Direito internacional do consumidor – A proteção do consumidor no livre-comércio internacional*, de Eduardo Antônio Klausner.  
Resenha por CLAUDIA LIMA MARQUES ..... 499
2. *O direito do consumidor brasileiro e a teoria da confiança*, de Andreza Cristina Baggio  
Resenha por BRUNO MIRAGEM ..... 511
3. *Contratos e procedimentos bancários à luz do Código de Defesa do Consumidor*, de Antônio Carlos Efig  
Resenha por BRUNO MIRAGEM ..... 515
4. *Do princípio da boa-fé objetiva nos contratos de consumo*, de Diógenes Faria de Carvalho  
Resenha por BRUNO MIRAGEM ..... 519

**NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTURAL INÉDITA..... 521**

ENTREVISTA



**6 COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL  
AVANÇAMOS NO CENÁRIO GLOBAL?**

Em entrevista exclusiva concedida à *Consulex*, o Advogado MÁRCIO MATEUS BARBOSA JÚNIOR revela bastante intimidade com as questões relacionadas ao Direito Internacional, mormente quanto à cooperação jurídica internacional. Este conhecimento, curiosamente, foi construído a partir de uma perspectiva local, a especial aptidão para atuar no cenário jurídico-econômico brasileiro, que o fez alcançar voos maiores e concluir o Mestrado em Direito Internacional Econômico e Tributário, com ênfase em Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Civil. A par da nova ordem mundial de globalização, o ilustre entrevistado discorre sobre a colaboração entre Estados, o auxílio direto, a Resolução STJ nº 9/05 e a novíssima Portaria Interministerial MRE/MJ nº 501/12, permitindo concluir se realmente avançamos no cenário internacional.

CAPA



**32 O FUTURO DE NOSSOS PROFESSORES  
UM DEBATE URGENTE E NECESSÁRIO**

Dentre as perspectivas do sistema educacional brasileiro, mormente no que se refere ao ensino público, é a situação dos professores que, há algum tempo, vem atraindo a atenção da mídia, da sociedade e, particularmente, dos profissionais do direito. Urgente e necessário é o debate a respeito do futuro dos nossos professores, que vêm atuando em ambientes sem estrutura física adequada, em meio ao desrespeito, à violência, sem possibilidades de implementar sua formação acadêmica e, o pior, em condições salariais que causam vergonha a todos que já passaram pelos bancos escolares. Sob uma perspectiva realista e humana, os insígnis articulistas mostram os desdobramentos desta situação e chamam a atenção das autoridades competentes para fazer valer os direitos legalmente assegurados e tornar menos árdua esta admirável carreira.

ARTIGOS

**DESTAQUE**

**Entre a acusação fictícia e o direito à verdade**  
30 Fábio Tofic Simantob

**GESTÃO EMPRESARIAL**

**Recuperação judicial das empresas e a administração estratégica dos negócios**  
44 Guilherme Carvalho e Sousa e Adriano Colodette Machado

**TENDÊNCIAS**

**Desafios do novo Direito Penal**  
48 Marcelo André de Azevedo

**OBSERVATÓRIO JURÍDICO**

**Globalização jurídica – A planificação dos sistemas da *common law* e da *civil law***  
50 André Luiz Cintra Pierangelo e Vanessa Santos Martins de Almeida Pierangelo

**PORTAL JURÍDICO**

**Atuação equilibrada do Estado – Benefício às regras concorrenciais inerentes ao capitalismo**  
53 Jair José Perin

**IN VOGA**

**Reclamação perante o STJ contra acórdão de turma recursal estadual em caso de decisão teratológica**  
54 Alexandre Pacheco Lopes Filho

**CONTEXTO**

**Exploração de metais de terras raras – Aspectos jurídicos destacados**  
56 Tatiana Fortes Litwinski

**CONJUNTURA**

**Incentivos fiscais nocivos ao Brasil**  
59 Ives Gandra da Silva Martins e Hamilton Dias de Souza

**ENFOQUE**

**Por uma Administração Pública comprometida com o justo**  
60 Tarcisio Vieira de Carvalho Neto

**DOCTRINA**

**Considerações sobre a repercussão geral**  
62 Larissa Friedrich Reinert

**DOCTRINA**

**Aplicação da pena de advertência a magistrado**  
64 Palhares Moreira Reis

**PONTO DE VISTA**

**O que está no mundo (virtual) está nos autos**  
66 José Eduardo de Resende Chaves Júnior

**SEÇÕES**

**5 Com a palavra...**

**12 Crítica & Autocrítica**

**14 Indicadores Econômicos**

**15 Cartas & Críticas**

**16 Painel do Leitor**

**18 Direito Marítimo**

**21 Painel Econômico**

**22 Direito e Bioética**

**26 Ciência Jurídica em Foco**

**28 Propostas e Projetos**

SUMÁRIO

# REVISTA SÍNTESE DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

a. 12

n. 78

Jul./ago. 2012

**Normas Editoriais para Envio de Artigos** .....7

## **Assunto Especial**

### **RECURSO – AGRAVO DE INSTRUMENTO – NOVO CPC**

#### **DOCTRINAS**

1. Uma Visão Contemporânea do Recurso de Agravo e a Nova Sistemática Processual sob Uma Ótica Constitucional  
André Luiz Lima Soares..... 9
2. O Recurso de Agravo de Instrumento na Sistemática do Novo Código de Processo Civil – Primeiras Impressões  
Bruno Campos Silva ..... 26
3. Agravo nos Autos e a Alteração do Artigo 544 do CPC com a Lei nº 12.322/2010: Inovação ou Excesso de Recursos no Processo Civil Brasileiro  
Tiago Vieira Bomtempo..... 46

#### **JURISPRUDÊNCIA**

1. Acórdão na Íntegra (STJ)..... 53
2. Ementário..... 57

## **Parte Geral**

#### **DOCTRINAS**

1. Ação Civil Pública em Matéria Ambiental e Denúnciação da Lide  
Ada Pellegrini Grinover..... 62
2. Compras Coletivas e as Lesividades na Relação de Consumo  
Antonio Baptista Gonçalves ..... 72
3. Polêmicas sobre o Mandado de Segurança Coletivo e a Lei nº 12.016/2009  
José Henrique Mouta Araújo ..... 90
4. Análise Crítica do Superendividamento sob a Égide do Pensamento de Emmanuel Lévinas  
Aloisio Krohling, Marcelo Sant’anna Vieira Gomes e José Carlos Vieira de Melo Júnior ..... 103
5. Hora e Vez da Sociedade em Comandita Simples  
Douglas Genelhu de Abreu Guilherme ..... 122

## **Seção Especial**

### **ESTUDOS JURÍDICOS**

1. Direito Constitucional e o Direito Privado do Liberalismo Gustavo Henrique Moreira do Valle e Paulo Henrique Borges Cruvinel .....	221
<b>Clipping Jurídico</b> .....	233
<b>Bibliografia Complementar</b> .....	235
<b>Índice Alfabético e Remissivo</b> .....	236

# REVISTA SÍNTESE TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

a. 24

n. 278

ago. 2012

**Normas Editoriais para Envio de Artigos** .....7

## **Assunto Especial**

### **A APOSENTADORIA POR INVALIDEZ E A MANUTENÇÃO DO PLANO DE SAÚDE**

#### **DOCTRINAS**

1. A Aposentadoria por Invalidez e a Manutenção do Plano de Saúde  
Rúbia Zanotelli de Alvarenga .....9
2. Digressões Teóricas sobre a Manutenção do Plano de Assistência  
Médica para Empregados Aposentados por Invalidez e a Não  
Aplicação da Resolução nº 279 da Agência Nacional de Saúde  
Suplementar – ANS  
Juliano Sarmiento Barra..... 27

#### **JURISPRUDÊNCIA**

1. Acórdão na Íntegra (TST) .....46
2. Ementário..... 51

## **Parte Geral**

#### **DOCTRINAS**

1. Trabalho Escravo, Forçado e Degradante: Trabalho Análogo à  
Condição de Escravo e Expropriação da Propriedade  
Gustavo Filipe Barbosa Garcia ..... 55
2. Interesse Processual e Benefícios Previdenciários: Análise do  
Recurso Especial nº 1310042 do Superior Tribunal de Justiça  
Oscar Valente Cardoso..... 64
3. Evolução Dogmática da Tutela dos Interesses Individuais Homo-  
gêneos na Justiça do Trabalho: da Substituição Processual à Sen-  
tença Genérica  
Ronaldo Lima dos Santos .....86
4. Processo Judicial de Reparação de Dano em Acidente de Traba-  
lho (Indenizatória Acidentária)  
Fernando Rubin..... 109

#### **JURISPRUDÊNCIA TRABALHISTA**

##### **ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA**

1. Supremo Tribunal Federal ..... 136
2. Superior Tribunal de Justiça..... 141
3. Tribunal Superior do Trabalho ..... 147

## **Seção Especial**

### **COM A PALAVRA, O PROCURADOR**

1. Breves Considerações sobre as Normas Coletivas Como Elementos de Incorporação e Flexibilização de Contratos Individuais de Trabalho  
Luciano Marinho Filho ..... 229

### **ESTUDO JURÍDICO**

1. A Compensação de Horários de Trabalho e as Mudanças na Súmula nº 85 do Tribunal Superior do Trabalho  
Marcelo Costa Mascaro Nascimento ..... 233

**Clipping Jurídico** ..... 238

**Orientações Jurisprudenciais** ..... 240

**Resenha Legislativa** ..... 241

**Tabelas Práticas** ..... 242

**Índice Alfabético e Remissivo** ..... 245

# REVISTA SÍNTESE DE DIREITO ADMINISTRATIVO

a. 7

n. 80

ago. 2012

<b>Normas Editoriais para Envio de Artigos</b> .....	7
<b>Assunto Especial</b>	
<b>TRANSPARÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b>	
<b>DOCTRINAS</b>	
1. Transparência Não É Devassa, Nem na Lei nº 12.527/2011 Ivan Barbosa Rigolin .....	9
2. Da Obrigatoriedade da Apresentação e Atualização da Declaração de Bens por Agentes Públicos e os Princípios da Transparência e Publicidade na Administração Pública Francisco Gonçalves Dias .....	17
3. Transparência na Administração Pública Elói Martins Senhoras e Ariane Raquel Almeida de Souza Cruz .....	23
<b>JURISPRUDÊNCIA</b>	
1. Acórdão na Íntegra (STJ) .....	30
2. Acórdão na Íntegra (TJCE).....	36
3. Ementário.....	43
<b>REFERÊNCIA LEGISLATIVA</b>	
1. Lei Complementar nº 131, de 27 de Maio de 2009 .....	50
2. Lei nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011 .....	52
<b>Parte Geral</b>	
<b>DOCTRINAS</b>	
1. Delimitação do Uso do RDC e Sua Relação com o Regime Ordinário da Lei Geral de Licitações Jessé Torres Pereira Junior e Marinês Restelatto Dotti .....	71
2. Delegação do Poder de Sanção a Associação Privada com Viés Público: o Caso da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica Luiz Eduardo Diniz Araujo .....	93
3. Controle de Políticas Públicas: a Justiciabilidade Imediata do Direito Fundamental Social à Segurança Pública Fabiano Lepre Marques .....	120
4. Autotutela Administrativa e Alguns Limites Decorrentes da Segu- rança Jurídica Marcos de Oliveira Vasconcelos Júnior .....	137

## **Seção Especial**

### **JURISPRUDÊNCIA COMENTADA**

1. Administrativo. Mandado de Segurança. Seleção para Contratação Temporária de Professor Substituto. Participação de Professor Já Contratado. Vedação. Lei nº 8.745/1993. Violação ao Princípio da Isonomia Luís Rodolfo Cruz e Cruz e Gabriel Hernan Facal Villarreal .....	224
<b>Clipping Jurídico .....</b>	<b>233</b>
<b>Resenha Legislativa.....</b>	<b>242</b>
<b>Bibliografia Complementar .....</b>	<b>244</b>
<b>Índice Alfabético e Remissivo.....</b>	<b>245</b>

ENTREVISTA



**6 DOUTORES DA ALEGRIA**

**UMA NOVA RELAÇÃO COM O DIREITO À SAÚDE E À VIDA**

Em entrevista exclusiva à *Consulex*, concedida à Jornalista Simone Silva Jardim, o ator, cantor e *clown* WELLINGTON NOGUEIRA traz belíssimo exemplo a todos os profissionais do Direito. Tendo participado do programa *Clown Care Unit*, de Nova Iorque, projeto pioneiro que leva a arte do palhaço ao sisudo sistema hospitalar, o ilustre entrevistado amejalhou importante experiência que culminou na criação do premiado Doutores da Alegria. Com uma destacada defesa da ética e da cultura da alegria, mediante a consciência de que a saúde é um verdadeiro direito social, proporciona ao leitor uma nova dimensão das questões sociais presentes na realidade dos hospitais e surpreende pela inequívoca vontade de provocar profundas transformações em nossa sociedade. Seu trabalho de excelência, sem embargo, merece os aplausos do público da área jurídica.

CAPA



**28 SISTEMA TRIBUTÁRIO**

**O CONFRONTO COM A REALIDADE SOCIAL E ECONÔMICA**

Cada vez mais evidentes, as intrincadas questões do sistema tributário têm ganhado a atenção de toda a sociedade e suscitado aprofundados debates, pontuados por destacadas nuances sociais e econômicas. Em matéria de capa, insígnies mestres, doutores e especialistas tratam do Direito Tributário contemporâneo, especialmente delineado sob a perspectiva da Reforma Tributária; da iniquidade da matriz tributária; da guerra fiscal entre Estados e União; das perdas e danos que as deliberações sobre incentivos fiscais ou financeiros, fundos de participação e *royalties* podem ocasionar aos Estados; do desafio da transação tributária; da responsabilidade tributária. Nesse contexto, afigura-se essencial atentar para a proposta de um novo contrato social tributário que, sob a égide da real democracia, possa conduzir a sociedade à situação de justiça e equilíbrio por todos almejada.

SUMÁRIO

ARTIGOS

**DESTAQUE**  
**Repensando a responsabilidade do Estado...**

26 Jessé Torres Pereira Junior

**TENDÊNCIAS**  
**Educação do século XXI para um mundo sem fronteiras**

40 Inês Kisil Miskalo

**CONTEXTO**  
**Crimes da Lei Geral da Copa**

42 Jorge Cesar Silveira Baldassare Gonçalves

**DIREITO EMPRESARIAL**  
**Constituir empresa para driblar a execução fiscal – Prática eficaz ou perigosa?**

46 Daniel Moreira

**IN VOGA**  
**O impasse dos royalties da mineração**

48 Tatiana Fortes Litwinski

**OBSERVATÓRIO JURÍDICO**  
**Desapontação e o STF – A expectativa do debate constitucional**

50 Sérgio Henrique Salvador

**CONJUNTURA**  
**Montadoras, Impostos e contrapartidas**

53 Marcelo Quintiere

**ENFOQUE**  
**Insignificância peniana – Hipótese de anulação de casamento e dano moral?**

54 Vitor Vilela Guglinski e Larissa Affonso Mayer

**PORTAL JURÍDICO**  
**Aquífero Guarani – Da necessidade de criação Internacional para gestão de águas subterrâneas**

58 Pedro Luis da Silva Pinto

**DOCTRINA**  
**Princípios constitucionais eleitorais**

62 Amandino Teixeira Nunes Junior

**DOCTRINA**  
**Notificação editalícia em processo administrativo por pessoa jurídica de direito privado**

64 Pedro Puttini Mendes

**PONTO DE VISTA**  
**Profetas do apocalipse**

66 Xico Graziano

SECOES

- 5 Com a palavra...
- 10 Crítica & Autocrítica
- 12 Indicadores Econômicos
- 13 Cartas & Críticas
- 14 Painel Econômico
- 18 Direito e Bioética
- 20 Ciência Jurídica em Foco
- 22 Propostas e Projetos
- 23 Painel do Leitor
- 24 Como Decidem os Tribunais

ENTREVISTA



## 6 ECONOMIA VERDE E SUSTENTABILIDADE O QUE MUDA COM A RIO+20?

O ilustre Advogado EDUARDO FELIPE PÉREZ MATIAS fala à *Consulex* sobre a realização da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, de que participou na qualidade de Membro da *Green Economy Task Force*, da Câmara de Comércio Internacional de Paris. Em brilhante explanação, traz toda a complexidade das ações ambientais urgentes voltadas para o desenvolvimento sustentável e uma economia verde, principais temas debatidos na Rio+20, e renova a preocupação com a ausência do tema "aquecimento global" na Conferência. Consciente da importância da conjugação de esforços para alcançar-se a almejada sustentabilidade, não deixa de se manifestar sobre a atual conjuntura econômica global, a possibilidade de comprometimento dos Estados com o patrimônio tão ameaçado das futuras e presentes gerações, e a importante atuação de empresas e sociedade civil neste sentido.

CAPA



## 26 LIBERDADE DE EXPRESSÃO X PROTEÇÃO À IMAGEM

Ao lado do direito à igualdade, o direito à liberdade encontra-se previsto em todas as declarações de direitos espalhadas pelo mundo. Nada obstante, não há falar-se em direito absoluto, pelo que o cotejo entre a liberdade de expressão e o direito à imagem tornou-se, em um mundo globalizado, exponencialmente relevante. O ordenamento jurídico pátrio e a jurisprudência de nossos tribunais estabelecem os limites para o exercício de cada um destes direitos, uma linha tênue que pode ser considerada ainda mais frágil no caso de pessoas públicas. Os abalizados articulistas mostram as muitas nuances que fazem da liberdade de expressão um dos mais importantes direitos relacionados à informação, essencial para o regime democrático, sem deixar de considerar a proteção à imagem em sua máxima qualidade de direito fundamental, por vezes submetido às flagrantes explorações da notícia e da vida privada.

SUMÁRIO

ARTIGOS

## DESTAQUE

**Missão fracassada da ONU – Violações de direitos humanos na Síria**  
24 Sébastien Kiwonghi Bizawu

## ENFOQUE

**Debêntures da Vale – Ativo pode garantir execução fiscal**  
43 Daniel Moreira

## OBSERVATÓRIO JURÍDICO

**Aborto e Direitos Humanos – Inconstitucionalidade e impunidade hedionda da violabilidade da vida, na *common law* do STF**  
44 Cândido Furtado Maia Neto e Diego de Lima Soni

## DIREITO EMPRESARIAL

**A contribuição do sócio em excesso ao capital social na sociedade limitada**  
48 Joaquim Manhães Moreira

## TENDÊNCIAS

**Arbitragem em contrato administrativo**  
50 Arnaldo Wald

## PORTAL JURÍDICO

**O Acordo Previdenciário entre Brasil e Japão**  
52 Maristela Ferreira de Souza Miglioli

## CONJUNTURA

**Supercarga tributária**  
54 Roberto Haddad

## IN VOGA

**Ficha limpa x conta suja**  
56 Alberto Luis Mendonça Rollo

## CONTEXTO

**Cota de Reserva Ambiental – Breves comentários sobre a nova disciplina da Lei nº 12.651/12**  
58 Patrick Eberhart

## DOCTRINA

**Crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes – Nova contagem do prazo prescricional**  
61 Eduardo Luiz Santos Cabette

## DOCTRINA

**Direitos Humanos no Direito Internacional – Um conjunto finito e hermético?**  
64 Karlla Karolinne França Lima

## PONTO DE VISTA

**Cotas raciais – Uma atrocidade social**  
66 Gustavo Beghelli Fonseca

## SEÇÕES

- 5 Com a palavra...
- 10 Crítica & Autocrítica
- 12 Indicadores Econômicos
- 13 Cartas & Críticas
- 14 Direito Marítimo
- 16 Direito e Bioética
- 19 Painel Econômico
- 20 Propostas e Projetos
- 21 Painel do Leitor
- 22 Como Decidem os Tribunais



ENTREVISTA



AGL SENADO

**6 DO DIREITO AO SENADO FEDERAL****CORAGEM E ÉTICA MARCAM O MANDATO DO JOVEM SENADOR**

Nas páginas amarelas da *Consulex*, o destaque é para o Senador RANDOLFE FREDERICH RODRIGUES ALVES, o mais jovem do Brasil e um dos mais atuantes do Congresso Nacional. Com graduação e mestrado em Direito, e experiência na política desde 1998, o distinto entrevistado traz o seu mandato sob os signos da coragem e da ética. O compromisso maior, percebe-se, é com seus eleitores, em primeiro momento, e com a consolidação de uma verdadeira justiça social, a partir da atuação parlamentar. Em entrevista exclusiva concedida ao ilustre Professor Besaliev Rodrigues, dentre outros temas, o Senador discorre sobre questões relacionadas à popularmente cognominada "CPMI do Cachoeira", cuja instalação decorreu de um requerimento seu, e que hoje apresenta a toda a sociedade o resultado da defesa da ética e do decoro parlamentar.

CAPA



LEON PRADO

**24 CARREIRAS JURÍDICAS****NO COMPASSO DO SÉCULO XXI**

Próximo ao Dia do Advogado, do Magistrado e dos Cursos Jurídicos, uma análise dos desafios e oportunidades que oferecem a Advocacia privada e as carreiras jurídicas públicas, no século XXI, revelam os muitos caminhos por que podem seguir os profissionais do Direito. Em matéria de capa que ora se desdobra em homenagem aos leitores e assinantes da *Consulex*, a indispensabilidade da ordem jurídica, a essencial proteção dos direitos e das garantias fundamentais, a salvaguarda dos pilares do Estado Democrático de Direito e a observância de preceitos, objetivos e fundamentos de magnitude constitucional inspiram insígnias representantes da Advocacia, da Advocacia-Geral da União, do Ministério Público, da Magistratura, da Defensoria Pública e da carreira de Delegado de Polícia a se manifestarem sobre um horizonte que aponta para a realização da justiça e a consecução da paz social.

ARTIGOS

**DESTAQUE**

**Variações sobre o tempo**  
22 Celso Lafer

**CONTEXTO**

**O Jobs Act e o mercado brasileiro**  
44 Marcelo Godke Veiga e  
Walfrido Jorge Warde Jr.

**ENFOQUE**

**Direito Penal brasileiro –  
Um Direito em crise**  
46 Edson de Arruda Camara

**PORTAL JURÍDICO**

**Transparência não é devassa,  
nem na Lei nº 12.527/11**  
48 Ivan Barbosa Rigolin

**CONJUNTURA**

**A unanimidade no Confaz**  
52 Ives Gandra da Silva Martins

**OBSERVATÓRIO JURÍDICO**

**Usucapião "familiar" ou  
usucapião especial urbana  
por abandono de lar**  
54 Marcelo Agamenon Goes  
de Souza e Vinicius Manoel

**TENDÊNCIAS**

**A mineração de lixões**  
58 Marcelo Quintiere

**IN VOGA**

**O Supremo Tribunal Federal  
e o poder de Investigação  
do Ministério Público**  
60 Eudes Quintino de Oliveira Júnior

**GESTÃO EMPRESARIAL**

**A importância do acordo de  
sócios nas empresas familiares**  
63 Domingos Ricca

**DOCTRINA**

**O novo art. 135-A do Código Penal**  
64 Eduardo Luiz Santos Cabette

**PONTO DE VISTA**

**Azul e rosa**  
66 Fausto Martin De Sanctis

**SECOES**

**5 Com a palavra...**

**10 Crítica & Autocrítica**

**11 Cartas & Críticas**

**12 Indicadores Econômicos**

**13 In Perpetuum**

**14 Painel Econômico**

**15 Painel do Leitor**

**16 Direito e Bioética**

**18 Propostas e Projetos**

**20 Como Decidem os Tribunais**

SUMÁRIO

# REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

a. 24

n. 7

Jul. 2012

**Editorial** 17

**Epígrafe** 19

**Ponto de Vista** 21

A evolução do Direito Ambiental no Brasil, 21

• Vladimir Passos de Freitas

**Artigos Doutrinários** 25

Princípios da política nacional de resíduos sólidos, 25

Paulo Affonso Leme Machado

O perfil do Poder Judiciário republicano na Conferência das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável – Rio+20, 34

Souza Prudente

Dimensões socioambientais do Direito Administrativo, 38

Maria Cristina Cesar de Oliveira e Octavio Cascaes Dourado Junior

Competência comum para o licenciamento ambiental, 47

João Batista Gomes Moreira

**Legislação Ambiental** 57

Lei Complementar 140, de 8 de dezembro de 2011.

Lei 11.448, de 15 de janeiro de 2007.

Lei 11.516, de 28 de agosto de 2007.

Lei 11.686, de 2 de junho de 2008.

Lei 11.828, de 20 de novembro de 2008.

Lei 11.891, de 24 de dezembro de 2008.

Lei 11.959, de 29 de junho de 2009.

Lei 12.055, de 9 de outubro de 2009.

Lei 12.114, de 9 de dezembro de 2009.

Lei 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010.

Lei 12.512, de 14 de outubro de 2011.

Lei 12.587, de 3 de janeiro de 2012.

Lei 12.651, de 25 de maio de 2012.

**2ª Seção – Invasão de terra indígena. Genocídio. Crime ambiental. Sequestro e indisponibilidade de bens. Deficiência na indicação dos indícios de práticas criminosas e da relação entre estas e os investigados, 61**

Numeração única: 0001748-58.2007.4.01.0000

Mandado de Segurança 2007.01.00.001950-4/MT

Relator: Juiz Federal Saulo Casali Bahia (convocado)

### 3ª Seção

**Vara de competência comum e vara especializada em Direito Ambiental e Agrário. Dano ambiental. Competência do juízo suscitado, 68**

Conflito de Competência 0006830-94.2012.4.01.0000/PA

Relator: Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian

**Terreno da União. Proximidade de nascente. Área de proteção ambiental. Pedido de desclassificação para construção de sede da Procuradoria da República. Redução ao raio mínimo previsto na lei. Lençol freático. Aplicação do princípio *in dubio pro natura*, 71**

Numeração única: 0052232-24.2000.4.01.0000

Embargos Infringentes na Apelação Cível 2000.01.00.064228-4/GO

Relator: Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro

Relator p/ acórdão: Desembargador Federal João Batista Moreira

### 3ª Turma

**Crime contra o meio ambiente. Dano direto a unidade de conservação. Plantação de espécie exótica no Parque Nacional da Serra da Canastra. Denúncia. Análise do elemento subjetivo do tipo. Apuração na instrução criminal, 88**

Recurso em Sentido Estrito 0002555-73.2011.4.01.3804/MG

Relatora: Desembargadora Federal Assusete Magalhães

**Crime ambiental. Pesca em local proibido, 98**

Numeração única: 0004900-54.2007.4.01.3900

Apelação Criminal 2007.39.00.005166-5/PA

Relator: Desembargador Federal Tourinho Neto

**4ª Turma – Criação da Reserva Indígena Parabubure. Fazenda Xavantina. Desapropriação indireta. Indenização, 105**

Numeração única: 0055358-82.2000.4.01.0000

Apelação Cível 2000.01.00.067080-0/MT

Relator: Desembargador Federal Mário César Ribeiro

### 5ª Turma

**Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Unidade de proteção integral. Suspensão de atividades agressoras ao meio ambiente. Recuperação do dano causado, 124**

Numeração única: 0002797-29.2006.4.01.3700

Apelação/Reexame Necessário na Ação Civil 2006.37.00.002933-3/MA

Relator: Desembargador Federal Souza Prudente

**Processo legislativo. Promulgação do Decreto Legislativo 788/2005. Ausência de vícios formais. Implantação do aproveitamento hidroelétrico Belo Monte. Inexistência de ofensa à Lei Maior, 145**

Numeração única: 0000709-88.2006.4.01.3903

Apelação Cível 2006.39.03.000711-8/PA

Relatora: Desembargadora Federal Selene Almeida  
Relator p/ acórdão: Desembargador Federal Fagundes de Deus

#### 6ª Turma

**Exploração de madeira florestal. Exercício irregular da atividade. Lavratura de autos de apreensão. Exigência de propina comprovada em ação penal. Concussão. Dano moral. Pleito indenizatório, 188**

Numeração única: 0002854-08.2006.4.01.4101

Apelação/Reexame Necessário 2006.41.01.002854-0/RO

Relator: Juiz Federal Evaldo de Oliveira Fernandes, filho (convocado)

**Agente de endemias. Contato com substâncias tóxicas (DDT). Conduta culposa. Ausência de comprovação da responsabilidade estatal, 192**

Numeração única: 0003144-27.2009.4.01.3807

Apelação Cível 2009.38.07.003147-4/MG

Relator: Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian

**7ª Turma – Taxa de Fiscalização Ambiental. Fato gerador estranho aos ditames do art. 145, II, da Constituição Federal. Lei 9.960/2000, art. 8º. Inconstitucionalidade reconhecida pela Corte Especial. Comércio varejista de combustíveis, 194**

Numeração única: 0006824-92.2000.4.01.3400

Apelação/Reexame Necessário 2000.34.00.006832-6/DF

Relator: Desembargador Federal Catão Alves

**8ª Turma – Manutenção de animal da fauna silvestre em cativeiro sem a autorização da autoridade competente. Redução da multa, 199**

Numeração única: 0008603-04.2007.4.01.9199

Apelação Cível 2007.01.99.008369-8/GO

Relator: Juiz Federal Ubirajara Teixeira (convocado)

**5ª Turma Suplementar – Extração de recursos minerais em área indígena. Responsabilidade civil. Obrigação de indenizar danos extrapatrimoniais, 202**

Numeração única: 0006528-12.2005.4.01.0000

Apelação/Reexame Necessário 2005.01.00.012951-0/AC

Relator: Juiz Federal Rodrigo Navarro de Oliveira (convocado)

**6ª Turma Suplementar – Embargos à execução fiscal. CDA. Nulidade. Validade do auto de infração lavrado pelo fiscal do Ibama. Presunção de legitimidade e veracidade não ilidida pelo devedor, 207**

Numeração única: 0002021-05.2000.4.01.3000

Apelação Cível 2000.30.00.002020-0/AC

Relator: Juiz Federal Leão Aparecido Alves (convocado)

## Decisões Monocráticas

213

**Pedido para obstar o início das obras de construção de usina de cana-de-açúcar para produção de etanol. Indeferimento. Competência para licenciamento do empreendimento, 213**

Numeração única: 0031682-90.2009.4.01.0000

Agravo de Instrumento 2009.01.00.032462-0/RR

Relator: Juiz Federal Pedro Francisco da Silva (convocado)

Recurso de apelação. Negativa de seguimento. Sentença que denegou a segurança cujo objetivo era desconstituir o embargo das atividades de empreendimento imobiliário, 214

Numeração única: 0006670-78.2003.4.01.3300

Apelação Cível 2003.33.00.006652-0/BA

Relatora: Juíza Federal Mônica Neves Aguiar da Silva (convocada)

Comunidade Indígena Fulni-O Tapuya. Decisão que concedeu à empresa construtora medida liminar de interdito proibitório. Imóvel situado no Setor Noroeste – Brasília/DF, 215

Mandado de Segurança 0005404-47.2012.4.01.0000/DF

Relator: Desembargador Federal Reynaldo Fonseca

Suspensão das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu. Impossibilidade de pesca de peixes ornamentais. Direito Ambiental. Competência da 3ª Seção, 220

Agravo de Instrumento 0004745-38.2012.4.01.0000/PA

Relator: Desembargador Federal Olindo Menezes

Ação civil pública. Desmatamento no Parque Nacional da Serra do Pardo. Cessaçã das atividades na área litigiosa. Desbloqueio imediato da conta-corrente do agravante. Incidência de multa diária por descumprimento da decisão liminar, 221

Numeração única: 0031743-19.2007.4.01.0000

Agravo de instrumento 2007.01.00.030657-0/PA

Relator: Desembargador Federal Fagundes de Deus

Empreendimento imobiliário. Margens do reservatório de hidrelétrica. Área de proteção permanente. Redução da área de proteção ambiental. Decisão que manda respeitar a lei federal em detrimento de lei estadual. Inexistência de grave lesão à ordem pública.

Matéria ambiental. Multa. Fixação da competência pela matéria de fundo.

Multa. Ação declaratória de nulidade de ato administrativo. Matéria de fundo: Direito Ambiental (cultivo de grãos *transgênicos*). Cumulação de pedidos. Competência da Terceira Seção.

Crime ambiental. Liberação de veículo apreendido pelo Ibama. Ato praticado por juiz de direito. Ausência de interesse direto e específico da autarquia federal. Incompetência da Justiça Federal para processar e julgar o *mandamus*.

Ação civil pública. Usina hidrelétrica. Dano ambiental. Juízo competente. Local do dano x vara especializada. Lei 7.347/1985, art. 2º. Prevalência sobre o Provimento Coger 49/2010. Aumento da eficiência da prestação jurisdicional.

Ação anulatória. Multa (Ibama). Transporte de carvão vegetal sem carimbo, na nota fiscal. Consideração da legislação vigente ao tempo do cometimento da infração.

Liberação do plantio e comercialização de soja geneticamente modificada (*soja round up ready*), sem o prévio estudo de impacto ambiental. Inexistência de normas regulamentadoras quanto à liberação e descarte, no meio ambiente, de OGM. Princípios da precaução e da instrumentalidade do processo cautelar. Poder geral de cautela do magistrado.

Crime ambiental. Fato ocorrido antes da vigência da lei. Falta de justa causa para a denúncia. Trancamento da ação.

Terras indígenas. Marco temporal da ocupação. Desapossamento por não índios. Posterior demarcação da área e homologação pelo Poder Executivo. Força auto executória de decreto presidencial. Bem da União. Nulidade de títulos sobre terras indígenas. Posse de má-fé. Ausência de direito de retenção.

Desmatamento. Parque Nacional da Serra do Pardo. Irregularidades no processo de criação. Ocupação anterior à criação do parque nacional. Indisponibilidade de bens.

# REVISTA FORENSE

v. 108

n. 415

Jan./jun. 2012

## SUMÁRIO

<i>Abreviaturas e siglas usadas.</i> . . . . .	VII
<i>Conheça a versão eletrônica deste periódico.</i> . . . . .	IX
<i>Conheça outras obras da Editora Forense.</i> . . . . .	XI
<b>DOCTRINAS</b>	
DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE – <i>Arruda Alvim</i> . . . . .	3
AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO, DEPÓSITO INSUFICIENTE E RESULTADO DO PROCESSO: UMA REFLEXÃO A RESPEITO DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – <i>André Luís Monteiro</i> . . . . .	27
A INDENIZAÇÃO PELA PERDA DA VIDA (DANO DA MORTE) – <i>Ángela Patrício Müller Romiti</i> . . . . .	61
APONTAMENTOS SOBRE A COISA JULGADA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E OUTROS DIPLOMAS LEGAIS – <i>Angélica Arruda Alvim e Eduardo Arruda Alvim</i> . . . . .	75
A INCLUSÃO JURÍDICA E SOCIAL DO IDOSO – <i>Elisabete Mariucci Lopes e José Ailton Garcia</i> . . . . .	91
A QUESTÃO DA ANTINOMIA DE NORMAS NO TRANSPORTE AÉREO INTERNACIONAL DE PASSAGEIROS: A PRIMAZIA DA CONVENÇÃO DE MONTREAL – <i>Fábio Anderson de Freitas Pedro</i> . . . . .	111
O NEOPROCESSUALISMO, O FORMALISMO-VALORATIVO E SUAS INFLUÊNCIAS NO NOVO CPC – <i>Haroldo Lourenço</i> . . . . .	139
DEMOCRACIA, DIREITOS HUMANOS E TERRORISMO – <i>Jacob Dolinger</i> . . . . .	169
ELEMENTOS DA EVOLUÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO – <i>Lair da Silva Loureiro Filho</i> . . . . .	197
O TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO DA AÇÃO DE SONEGADOS E ALGUMAS QUESTÕES PRÁTICAS DE ORDEM PROCESSUAL E MATERIAL – <i>Leonardo de Faria Beraldo</i> . . . . .	239
PRECEDENTE E JURISPRUDÊNCIA – <i>Michele Taruffo</i> . . . . .	277
<i>DAS RECHTSSTAATSPRINZIP</i> (O PRINCÍPIO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO) E A SEGURANÇA JURÍDICA – <i>Thiago Rodvalho</i> . . . . .	291
<b>PARECERES</b>	
A PRESCRIÇÃO DA AÇÃO DE RECEBIMENTO DO SEGURO DPVAT OCORRE NO PRAZO LEGAL ESPECÍFICO DE TRÊS ANOS, NÃO SE LHE APLICANDO A REGRA GERAL QUE FIXA O PRAZO EM DEZ ANOS – <i>Arnoldo Wald</i> . . . . .	319
LIVRO ELETRÔNICO – INCIDÊNCIA DA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA PREVISTA NO ART. 150, INC. VI, D, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA – <i>Gustavo Tepedino</i> . . . . .	341
TRANSFORMAÇÃO DA ADPF-178-1 EM ADI N. 4.277 – CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 1.723 DO CÓDIGO CIVIL EM FACE DO <i>CAPUT</i> E §§ 3º E 4º DO ART. 226 DA CF – IMPOSSIBILIDADE CONSTITUCIONAL DE CONSIDERAR A UNIÃO ENTRE UM HOMEM E UM HOMEM OU ENTRE UMA MULHER E UMA MULHER, UNIÃO ESTÁVEL FAMILIAR – PARECER – <i>Ives Gandra da Silva Martins</i> . . . . .	361

## ESTUDOS E COMENTÁRIOS

A INCONSTITUCIONALIDADE DA RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA NA FONTE, PELO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NA COMPENSAÇÃO DE PRECATÓRIOS COM CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA – <i>Adriana Nogueira Tôrres</i> .....	373
INFRAÇÃO DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO – QUANDO A INGENUIDADE DÁ LUGAR À DESCONFIANÇA – <i>Bernardo Montalvão Varjão de Azevêdo</i> .....	383
CONSIDERAÇÕES SOBRE O MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO: OBJETO DA TUTELA E ATUAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS – <i>Daniel Carnio Costa</i> .....	401
O FENÔMENO DO SUPERENDIVIDAMENTO – INEXISTÊNCIA DE DIREITO DO CONSUMIDOR À RENEGOCIAÇÃO E DE JUSTA CAUSA PARA INTERVENÇÃO JUDICIAL NOS CONTRATOS – <i>Demócrito Reinaldo Filho</i> .....	409
SEGURO GARANTIA JUDICIAL: ASPECTOS PROCESSUAIS E MATERIAIS DE UMA FIGURA AINDA DESCONHECIDA – <i>Gustavo De Medeiros Melo</i> .....	423
A UNIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES CIVIS E COMERCIAIS COMO UM DOS FUNDAMENTOS DO DIREITO CIVIL CONTEMPORÂNEO – <i>José Carlos Carota</i> .....	445
NOVAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A PROPOSTA EXTRASSISTÊMICA DE FLEXIBILIZAÇÃO DA COISA JULGADA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO BRASILEIRO – <i>Leonardo Oliveira Soares</i> .....	455
A “NOVA” LEI DO MANDADO DE SEGURANÇA E A VELHA QUESTÃO DO SEU CABIMENTO CONTRA DECISÕES JUDICIAIS – <i>Lucio Picanço Facci</i> .....	463
A CONTRIBUIÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA PARA A EFICIÊNCIA DO “SISTEMA DE JUSTIÇA” – <i>Marcus Vinicius Ribeiro</i> .....	475
CADASTRO DE CONSUMIDORES – <i>Sérgio Massaru Takoi</i> .....	485
O FUNDAMENTO COMO PEDRA DE TOQUE DO DIREITO INTERNACIONAL – <i>Ulisses da Silveira Job</i> .....	499

## ÍNDICES

Índice Geral .....	517
Índice de Assuntos .....	523

# SUMÁRIO

---

## Doutrinas

### CIVIL, PROCESSUAL CIVIL E COMERCIAL

1. A Síndrome da Alienação Parental (SAP) sob a Perspectiva dos Regimes de Guarda de Menores  
Cristiana Sanchez Gomes Ferreira..... 9
2. A Ampla Possibilidade de Adoção por Casais Homoafetivos Face às Recentes Decisões dos Tribunais Superiores  
César Fiuza e Luciana Costa Poli ..... 33
3. A sentença em Ovídio A. Baptista da Silva  
Marco Félix Jobim ..... 57

### PENAL E PROCESSUAL PENAL

1. Conflito de Teses – Réu *Versus* Defensor  
Roberto Victor Pereira Ribeiro..... 69
2. Cultura, Punição e Mentalidades Sociais: um Prelúdio para a Compreensão do Influxo da Opinião Pública na Construção de Políticas Penais  
Débora de Souza de Almeida ..... 77

## Jurisprudência

### CIVIL, PROCESSUAL CIVIL E COMERCIAL

#### ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

1. Superior Tribunal de Justiça ..... 93
2. Superior Tribunal de Justiça ..... 113
3. Tribunal Regional Federal da 1ª Região ..... 131
4. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul..... 137

EMENTÁRIO DE JURISPRUDÊNCIA

1. Ementário de Jurisprudência Civil, Processual Civil e Comercial ....153

**PENAL E PROCESSUAL PENAL**

ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

1. Supremo Tribunal Federal..... 183
2. Superior Tribunal de Justiça ..... 191
3. Tribunal Regional Federal 2ª Região ..... 199
4. Tribunal Regional Federal da 4ª Região .....219

EMENTÁRIO DE JURISPRUDÊNCIA

1. Ementário de Jurisprudência Penal e Processual Penal .....223

**Índice Alfabético e Remissivo .....241**

# REVISTA SÍNTESE DIREITO ADMINISTRATIVO

a. 7

n. 79

Jul. 2012

**Normas Editoriais para Envio de Artigos** ..... 7

## Assunto Especial

### SERVIDOR PÚBLICO – RESTITUIÇÃO DE VALORES INDEVIDAMENTE RECEBIDOS

#### DOCTRINAS

1. O Dever do Servidor Público de Restituir à Administração Valores Indevidamente Recebidos. Análise Legal e Jurisprudencial  
Henrique Gouveia de Melo Goulart..... 9
2. Devolução de Remuneração Recebida Indevidamente por Erro da Administração ou em Razão de Decisão Judicial Cassada  
Marcelo Roque Anderson Maciel Ávila ..... 21
3. Valores Indevidamente Recebidos por Servidores Públicos e as Discussões Sobre a Obrigação de Devolução ao Erário  
Elói Martins Senhoras e Ariane Raquel Almeida de Souza Cruz..... 28

#### JURISPRUDÊNCIA COMENTADA

1. Improbidade Administrativa. Valores Recebidos de Boa-fé Não Devem Ser Devolvidos ao Erário Público  
Gina Copola..... 33

#### JURISPRUDÊNCIA

1. Acórdão na Íntegra (TRF 5ª R.) ..... 38
2. Ementário..... 44

## Parte Geral

#### DOCTRINAS

1. As Licitações Exclusivas para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte: Regra e Exceções  
Jessé Torres Pereira Junior e Marinês Restelato Dotti ..... 50
2. Atuação Administrativa *Contra Legem* com Fundamento na Máxima da Eficiência  
Lucas Hayne Dantas Barreto ..... 69
3. Contas de Campanha de Candidato: a Aprovação das Contas de Campanha nas Eleições Anteriores É Requisito Obrigatório para Fins de Quitação Eleitoral?  
Luiz Eugenio Scarpino Junior ..... 90

## **JURISPRUDÊNCIA**

### **ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA**

1. Supremo Tribunal Federal .....	108
2. Superior Tribunal de Justiça.....	134
3. Tribunal Regional Federal da 1ª Região.....	124
4. Tribunal Regional Federal da 2ª Região.....	130
5. Tribunal Regional Federal da 3ª Região.....	137
6. Tribunal Regional Federal da 4ª Região.....	149

### **EMENTÁRIO DE JURISPRUDÊNCIA**

1. Ementário de Jurisprudência de Direito Administrativo .....	159
--	-----

## **Seção Especial**

### **PARECER**

1. Lei nº 10.833/2003 – Regime Jurídico da Cofins para Transporte Coletivo de Qualquer Natureza – Restrição da SRFB na Regulação, Não Constante de Lei – Inconstitucionalidade do Ato Normativo – Parecer Ives Gandra da Silva Martins .....	197
---	-----

<b>Clipping Jurídico</b> .....	215
--------------------------------	-----

<b>Resenha Legislativa</b> .....	229
----------------------------------	-----

<b>Bibliografia Complementar</b> .....	234
--	-----

<b>Índice Alfabético e Remissivo</b> .....	235
--	-----

# REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

a. 24

n. 6

Jun. 2012

**Editorial** 17

**Juramento** 19

**Epígrafe** 21

**Ponto de Vista** 23

A reforma do Código Tributário Nacional – perspectivas, 23  
Everardo Maciel

**Artigos Doutrinários** 27

O direito da legítima companheira à pensão por morte e a possibilidade (excepcional) de rateio do benefício entre a viúva e a concubina, 27  
Flávio da Silva Andrade

Sistema de Registro de Preços e a figura do *carona*, 33  
Clovis Martins Ferreira

A legitimidade da Defensoria Pública para a ação civil pública, 48  
Felipe Dezorzi Borges

Roteiro para a sessão do tribunal do júri, 65  
Analídia Abílio Miguel Diniz Brum

**Inovações Legislativas** 71

Lei 12.648, de 17 de maio de 2012.

Lei 12.649, de 17 de maio de 2012.

Lei 12.650, de 17 de maio de 2012.

Lei 12.651, de 25 de maio de 2012.

Lei 12.653, de 28 de maio de 2012.

Lei 12.654, de 28 de maio de 2012.

Lei 12.662, de 5 de junho de 2012.

Lei 12.663, de 5 de junho de 2012.

Medida Provisória 571, de 25 de maio de 2012.

Decreto 7.724, de 16 de maio de 2012.

Decreto 7.725, de 21 de maio de 2012.

Decreto 7.726, de 21 de maio de 2012.

Decreto 7.739, de 28 de maio de 2012.

## Sumário

Decreto 7.740, de 30 de maio de 2012.

Decreto 7.741, de 30 de maio de 2012.

Decreto 7.742, de 30 de maio de 2012.

Decreto 7.746, de 5 de junho de 2012.

## Acórdãos — Inteiros Teores

75

**Corte Especial — Reabertura de hospital. Necessidade de reforma. Prazo exíguo. Ingerência do Poder Judiciário. Demonstração de lesão grave à saúde e à ordem pública, 75**

Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela 0006950-40.2012.4.01.0000/MG

Relator: Desembargador Federal Olindo Menezes

**1ª Seção — Ausência de certidão de trânsito em julgado. Decadência do direito ao ajuizamento de rescisória. Pensão por morte. Cônjuge varão. Exigência de invalidez. Ofensa ao princípio da isonomia. Aplicação da Lei 8.213/1991. Óbito anterior da sua vigência, 80**

Ação Rescisória 0011437-87.2011.4.01.0000/GO

Relator: Desembargador Federal Kassio Marques

**2ª Seção — Decisão monocrática. Indeferimento do pedido de publicação do acórdão que recebeu a denúncia ofertada. Cerceamento de defesa não configurado, 83**

Numeração única: 0052558-66.2009.4.01.0000

Agravo Regimental na Ação Penal 2009.01.00.054583-1/RR

Relator: Juiz Federal Murilo Fernandes de Almeida (convocado)

**3ª Seção — Delimitação de área indígena. Dever de demarcar. Constituição Federal. Estatuto do índio. Decreto 1.775/1996, 88**

Numeração única: 0001453-26.2005.4.01.3901

Embargos Infringentes 2005.39.01.001468-4/PA

Relatora: Desembargadora Federal Selene Almeida

**4ª Seção — IRRF. Abono de permanência. Aspectos infraconstitucionais examinados pelo STJ (art. 543-C do CPC). Vieses constitucionais autônomos outros: tributo indevido, 94**

Numeração única: 0010084-36.2007.4.01.3400

Embargos Infringentes 2007.34.00.010154-2/DF

Relator: Desembargador Federal Tolentino Amaral

**1ª Turma — Auxílio-doença. Acidente do trabalho. Período de carência. Desnecessidade. Incapacidade comprovada por laudo pericial do próprio INSS. Perícia judicial. Ausência, 96**

Numeração única: 0011671-20.2011.4.01.9199/GO

Relator: Desembargador Federal Néviton Guedes

**2ª Turma — Pensão. Servidor público militar. Falecido na condição de viúvo. União estável. Reconhecimento. Dependência econômica comprovada, 100**

Numeração única: 0006588-22.2004.4.01.3200

Apelação Cível 2004.32.00.006599-3/AM

Relator: Juiz Federal Cleberson José Rocha (convocado)

**3ª Turma – Conflito aparente de normas. Princípio da especialidade. Não recebimento de parte da denúncia, 105**

Recurso em Sentido Estrito 0000010-90.2012.4.01.3902/PA

Relator: Desembargador Federal Tourinho Neto

**4ª Turma – Ação civil por ato de improbidade administrativa. Recebimento da inicial. Presença de indícios. Questões de mérito. Impossibilidade de esgotamento. Necessidade de produção de provas, 108**

Agravo de Instrumento 0001427-47.2012.4.01.0000/PI

Relator: Desembargador Federal Hilton Queiroz

**5ª Turma – Dano ambiental. Transporte de combustível. Navio de bandeira estrangeira. Descarregamento. Derramamento de óleo diesel. Multa. Precariedade do auto de infração. Ausência de suficiente prova de dano ambiental, 112**

Numeração única: 0004183-42.2006.4.01.3200

Apelação Cível 2006.32.00.004210-9/AM

Relator: Desembargador Federal João Batista Moreira

**6ª Turma – Caixa Econômica Federal. Inscrição e manutenção do nome do autor em cadastros de inadimplentes. Encerramento de conta-corrente. Débito referente ao limite do cheque especial. Tarifa de manutenção de conta-corrente devidamente pactuada, 115**

Apelação Cível 0002588-48.2010.4.01.3400/DF

Relator: Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro

**7ª Turma – Empréstimo compulsório (energia elétrica). Devolução. Execução provisória (cumprimento de sentença). REsp/STJ pendente. Penhora. Ordem de preferência. Comodismo da credora. Substituição de ações por dinheiro, 117**

Agravo de Instrumento 0006554-63.2012.4.01.0000/DF

Relator: Desembargador Federal Tolentino Amaral

**8ª Turma – Arguição de inconstitucionalidade. Contribuição ao RAT. Fator acidentário de prevenção – FAP. Redação conferida pelos Decretos 6.042/2007 e 6.957/2009. Resoluções CNPS 1.308/2009, 1.309/2009 e 1.316/2010. Inconstitucionalidade da delegação, 119**

Apelação Cível 0013912-17.2010.4.01.3600/MT

Relatora: Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso

**2ª Turma Suplementar – Restabelecimento de renda mensal vitalícia. Ausência dos requisitos. Direito à fruição de benefício assistencial ao deficiente. Incapacidade para o trabalho e para a vida independente demonstrada. Interpretação integrativa da Lei 8.742/1993. Renda familiar *per capita*. Devolução de verba alimentar, 126**

Numeração única: 0000802-08.2005.4.01.9199

Remessa Oficial 2005.01.99.065059-4/GO

Relatora: Juíza Federal Rogéria Maria Castro Debelli (convocada)

**3ª Turma Suplementar – Suspensão de benefício previdenciário sem obediência ao devido processo legal. Impetrante que não é dependente econômico. Recurso administrativo. Mudança da situação fática. Impossibilidade, 130**

Numeração única: 0000243-49.2005.4.01.3800

Apelação em Mandado de Segurança 2005.38.00.000240-2/MG

Relatora: Juíza Federal Adverci Rates Mendes de Abreu (convocada)

**4ª Turma Suplementar – Lei 8.884/1994. Ato de concentração. Aquisição de ativos. Tempestividade. Inexigibilidade da multa, 132**

Numeração única: 0047260-93.2000.4.01.3400

Apelação em Mandado de Segurança 2000.34.00.047960-3/DF

Relator: Juiz Federal Rodrigo Navarro de Oliveira (convocado)

## Sumário

**5ª Turma Suplementar – Inexecução parcial de obra licitada. Culpa da Administração. Não comprovação. Coincidência entre o valor do remanescente não concluído e o montante restante da totalidade da obra. Termo inicial e final para incidência da multa. Necessidade de observância ao cronograma físico-financeiro, 135**

Numeração única: 0016390-94.2002.4.01.3400

Apelação/Reexame Necessário 2002.34.00.016425-0/DF

Relator: Juiz Federal Wilson Alves de Souza (convocado)

**6ª Turma Suplementar – Embargos de terceiro. Comunhão universal de bens. Alienação. Reversão do produto da alienação em benefício do cônjuge. Comprovação, 138**

Numeração única: 0003212-38.1999.4-01-3803

Apelação Cível 1999.38.03.003246-0/MG

Relator: Juiz Federal Sílvio Coimbra Mourthe (convocado)

## Decisões Monocráticas

141

**Suspensão de liminar. Reintegração de posse. Suspensão do processo de demarcação e delimitação da terra indígena como meio de forçar o cumprimento de ordem possessória. Grave lesão à ordem pública, 141**

Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela 0026147-78.2012.4.01.0000/BA

Relator: Desembargador Federal Mário César Ribeiro

**Indeferimento de indisponibilidade de bens e direitos do executado. Bens passíveis de penhora não encontrados, 144**

Agravo de Instrumento 0026843-17.2012.4.01.0000/BA

Relator: Desembargador Federal Tolentino Amaral

**Decisão liminar. Determinação para que instituição de ensino superior proceda à matrícula do impetrante. Condições específicas em curso superior, 145**

Agravo de Instrumento 0024309-03.2012.4.01.0000/PI

Relatora: Desembargadora Federal Selene Almeida

**Honorários periciais. Parte beneficiária da assistência judiciária. Fixação de acordo com os valores constantes da Tabela II anexa à Resolução 541/2007 do CJF, 148**

Agravo de Instrumento 0024958-36.2010.4.01.0000/MG

Relatora: Juíza Federal Cláudia Tourinho Scarpa (convocada)

**Penhora via Bacen Jud. Medida excepcional. Deferimento somente após a comprovação de que a parte exequente esgotou as diligências visando localizar bens do devedor passíveis de garantir a execução ou que a execução encontrava-se garantida. Entendimento do STJ. Rejulgamento da causa, 149**

Numeração única: 0061674-96.2009.4.01.0000

Agravo de Instrumento 2009.01.00.063336-3/GO

Relator: Juiz Federal Alexandre Buck Medrado Sampaio (convocado)

## IEFs em Revista

151

**Acidente radioativo. Césio 137. Pensão especial. Indenização. Danos morais e materiais. Funcionário do Crisa – Consórcio Rodoviário Intermunicipal S/A. Incapacidade. Câncer. CNEN e União. Legitimidade passiva. Comprovação da correlação das moléstias com o acidente radioativo, 151**

Recurso inominado 0040362-06.2010.4.01.3500/GO

Relator: Juiz Federal Eduardo Pereira da Silva

**Câncer de pele. Uso de protetor solar e roupa anti-UV: recursos indisponíveis para segurado especial carente. Aposentadoria por invalidez, 155**

Numeração única: 0013715-75.2009.4.01.3801

Recurso inominado 2009.38.01.707923-6 /MG

Relator: Juiz Federal Bruno Augusto Santos Oliveira

**Servidor público. Sentença que condenou o Ibama ao pagamento dos valores referentes à correção da Gratificação Especial de Localidade – GEL, incluído o percentual de 3,17% e não acolheu quanto ao percentual de 26,05%, 155**

Recurso inominado 0000740-04.2011.4.01.9410/RO

Relator: Juiz Federal Herculano Martins Nacif

**Auxílio-reclusão. Filhos dependentes de segurado empregado, 157**

Numeração única: 0012089-62.2010.4.01.3000

Recurso inominado 2010.30.00.907646-2/AC

Relatora: Juíza Federal Cristiane Pederzolli Rentzsch

**Responsabilidade civil. Roubo. Resolução 3.103/2003 do Bacen. Contrato de prestação de serviços. Banco Bradesco. EBCT. Correspondente bancário. Agência postal. Dano material e moral. Lucro cessante indevido, 158**

Numeração única: 0010226-15.2009.4.01.4000

Recurso inominado 2009.40.00.701684-9/PI

Relatora: Juíza Federal Maria da Penha Fontenele

**Amparo social à criança deficiente. Renda *per capita* superior a ¼ do salário-mínimo. Miserabilidade constatada, 159**

Numeração única: 0022874-29.2010.4.01.3600

Recurso inominado 2010.36.00.905609-3/MT

Relator: Juiz Federal Paulo César Alves Sodré

Suspensão de execução de sentença. Questões discutidas em agravo de instrumento. Pressupostos distintos da suspensão. Medidas de preservação de reserva biológica. Providências que prescindem de dotação orçamentária específica. Ausência de lesão à ordem pública.

Justiça estadual. Competência delegada. Provimento Coger 52/2010. Processo já sentenciado. Criação de novas varas federais. Subseção Judiciária de Gurupi/TO. Competência absoluta.

Conflito negativo de competência. Ação de improbidade administrativa. Competência absoluta. Local do dano.

Uso de documento falso. Fixação da competência. Concurso de jurisdições. Lugar em que houver ocorrido o maior número de infrações.

Conflito negativo de competência. Possível superposição de áreas. Ação demarcatória. Ação de reintegração de posse. Identidade da causa de pedir. Reunião das causas. Conexão.

Conflito negativo de competência. Vara federal cível e juizado especial federal. Ação proposta por autarquia federal. Disposição restritiva do art. 6º, I, da Lei 10.259/2001.

Agravo regimental. Decisão monocrática do relator. Indeferimento liminar de *habeas corpus*. Conclusões do relatório final da comissão de inquérito do Banco Central. Reapreciação de provas.

*Habeas corpus*. Calúnia. Trancamento de ação penal. Medida excepcional. Ocorrência ou não de dolo. Dilação probatória. Inviolabilidade do advogado no exercício da profissão.

## | Sumário

Responsabilidade civil do Estado. Notícia crime. Conduta negligente. Dano moral. Dever de indenizar.

Proteção da fauna e da flora. Utilização de animais em atividades acadêmicas. Comissões de Ética no Uso de Animais – Ceuas. Credenciamento junto ao Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal – CONCEA.

Indenização. Danos materiais. *Infraero*. Contrato de depósito. Extravio de mercadorias. Responsabilidade objetiva. Controle do trâmite de pessoas no terminal de cargas. Omissão. Fiscalização das mercadorias.

Embargos à execução. Citação por edital dos executados. Nomeação de curador especial. Defesa por negativa geral. Ausência de pedido específico.

Execução de título judicial. Repetição de indébito. Reconhecimento pelo juízo da execução de valores. Restituição por meio diverso da compensação. Violação da coisa julgada.

Pedido administrativo de revisão de débito fiscal já constituído. Não caracterização de hipótese de suspensão de exigibilidade do crédito tributário. Possibilidade de prosseguimento da execução pelo valor remanescente. Desnecessidade de substituição da CDA.

Servidor público. Anuênios. Pagamento efetuado com atraso na esfera administrativa. Incidência de correção monetária. Apuração de diferenças em liquidação de sentença. Exclusão de valores pagos.

Responsabilidade civil. Inclusão do nome de avalista em cadastros de restrição de crédito. Indenização por danos morais. Improcedência.

Ação de cobrança. Custeio de marcapasso. Obrigação assumida validamente pela ré. Falta de cobertura do plano de saúde.

Relação de consumo. Aplicação do CDC. Plano de previdência privada contratado sem o consentimento do consumidor. Reparação de dano material e moral.

Auto de infração. Construção de rancho em área de preservação permanente sem autorização competente. Cumprimento das exigências previstas em termo de ajustamento. Não afastamento de multa administrativa.

Auto de infração. Imposição de multa. Possibilidade. Utilização de fogo em área de PMFS. Necessidade de autorização específica. Desmatamento. Atividade vinculada à autorização do Ibama. Insustentabilidade do auto.

---

**Repositórios Oficiais de Jurisprudência**

**171**

---

**Normas de Envio de Artigos Doutrinários à Revista**

**173**

# SUMÁRIO

## **Doutrinas**

### **CIVIL, PROCESSUAL CIVIL E COMERCIAL**

1. Breve Ensaio à Falsificação de Marcas e Produtos  
Luciano Alves Rodrigues dos Santos e Dayane Marques  
Drachenberg..... 9
2. Lei de Acesso a Informações Públicas (Lei nº 12.527/2011)  
– Democracia, República e Transparência no Estado Consti-  
tucional  
Marco Antonio Karam Silveira ..... 29
3. A Legitimação Extraordinária Para a Proteção dos Direitos  
do Consumidor  
Durval Pimenta de Castro Filho ..... 53
4. Paternidade Biológica e Responsabilidade Civil: Um  
“Diálogo” Com a Jurisprudência  
Sérgio Gilberto Porto..... 73

### **PENAL E PROCESSUAL PENAL**

1. Considerações acerca da Alteração do Mecanismo da Prisão  
Preventiva no Brasil a Partir da Lei nº 12.403, de 2011  
Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas ..... 85
2. A Criminalização Como Último Recurso (*Ultima Ratio*)  
Nils Jareborg..... 115

## **Jurisprudência**

### **CIVIL, PROCESSUAL CIVIL E COMERCIAL**

#### ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

1. Superior Tribunal de Justiça..... 135

# REVISTA SÍNTESE TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

a. 24

n. 277

Jul. 2012

**Normas Editoriais para Envio de Artigos** ..... 7

## **Assunto Especial**

### **A RESPONSABILIDADE CIVIL PELA PERDA DE UMA CHANCE**

#### **DOCTRINAS**

1. Responsabilidade Civil pela Perda de uma Chance no Direito do Trabalho  
Cássia Bertassone da Silva..... 9
2. A Responsabilidade Civil pela Perda de uma Chance nas Relações Jurídicas Cíveis e do Trabalho  
Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas, Carlos Brandão Ildefonso Silva e César Leandro de Almeida Rabelo ..... 22

#### **JURISPRUDÊNCIA**

1. Acórdão na Íntegra (TRT 3ª R.) ..... 48
2. Ementário..... 57

## **Parte Geral**

#### **DOCTRINAS**

1. Relação de Emprego: o Mesmo e Novo Conceito  
Paulo Merçon..... 61
2. Formação Humanística e Efetivação do Acesso Coletivo à Justiça: a Importância da Inserção dos Direitos Humanos no Concurso Público de Ingresso para o Cargo de Juiz do Trabalho Substituto  
Isabel Reis Lage e Carlos Henrique Bezerra Leite ..... 84
3. Meio Ambiente de Trabalho. Precuação e Prevenção. Princípios Norteadores de um Novo Padrão Normativo  
Tereza Aparecida Asta Gemignani e Daniel Gemignani..... 104

#### **JURISPRUDÊNCIA TRABALHISTA**

##### **ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA**

1. Supremo Tribunal Federal ..... 125
2. Tribunal Superior do Trabalho ..... 130
3. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região ..... 137
4. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região ..... 143
5. Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região ..... 150

##### **EMENTÁRIO TRABALHISTA**

1. Ementário de Jurisprudência Trabalhista..... 153

## **Seção Especial**

### **COM A PALAVRA, O PROCURADOR**

1. Novo Mecanismo de Estímulo à Proteção da Segurança e da Saúde do Trabalhador: o Fator Acidentário de Prevenção (FAP)  
Cláudia Valério de Moraes ..... 221

### **ESTUDO JURÍDICO**

1. Informações Processuais. Meio Eletrônico  
Paula Machado Colela Maciel ..... 239

**Clipping Jurídico** ..... 242

**Tabelas Práticas** ..... 243

**Índice Alfabético e Remissivo** ..... 246

# S u m á r i o

5

**EDITORIAL**

6

**ENTREVISTA**

*Cláudio Hamilton Matos dos Santos*

11

**ARTIGO**

A Receita da Crise Grega  
*Foch Simão Júnior*

14

**ARTIGO**

Mudanças no Sistema Tributário Nacional: Blindando Efeitos Internos de Crises Externas  
*Alvaro Luchiezi Jr., Wilsimara Rocha*

21

**ARTIGO**

Benefícios ou Gastos Tributários: Aperfeiçoando Critérios de Identificação e de Estimativa da Renúncia de Receita  
*José Rui Gonçalves Rosa*

33

**ARTIGO**

Desoneração do IPI nas Importações Efetuadas Por Pessoas Físicas: Decisões Recentes do STJ e do STF  
*Arnaud da Silva*

37

**ARTIGO**

Quais os Efeitos de uma Tributação Mal Planejada?  
*Fernando B. Meneguim*

41

**ARTIGO**

Direito Tributário em Rede: em Busca de um Sistema Mais Simples, Transparente e Democrático  
*Eurico Marcos Diniz de Santi*

43

**ARTIGO**

Breves Comentários sobre o Mandado de Segurança Coletivo bem como sobre sua Aplicação em Matéria Tributária  
*Ana Paula de Castro, Christian Fernandes Gomes da Rosa*

56

**QUESTÕES POLÊMICAS EM DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

Os valores de transferência de créditos do ICMS e sua inclusão na base de cálculo do PIS e da COFINS

ENTREVISTA

**6 JUDICIALIZAÇÃO DAS PARCERIAS NA ÁREA DA SAÚDE**

As páginas amarelas da *Consulex*, a delicada questão da judicialização das parcerias na área da saúde é abordada pelo Professor Doutor GUSTAVO JUSTINO DE OLIVEIRA. Com ampla experiência em temáticas relacionadas ao Direito Público e ao Terceiro Setor, o ilustre entrevistado expõe as nuances destas parcerias, o posicionamento do Judiciário e do Ministério Público frente a esta possibilidade e oferece ao leitor soluções nos planos social, administrativo e jurídico cuja implementação garante a efetivação do direito à saúde e uma nova perspectiva de governança pública. Com uma defesa bem fundamentada da atuação conjunta do Poder Público e da sociedade, e a reavaliação dos papéis do Judiciário, do Legislativo e do Executivo, o leitor, naturalmente, compreenderá que a democracia reside na contínua atuação da sociedade em prol de seus interesses.

CAPA

**26 PROPAGANDA ELEITORAL ENTRE O NOVO E O NECESSÁRIO**

Entre o novo e o necessário, da internet à Lei das Eleições, abalizados articulistas discorrem sobre a propaganda eleitoral, tecendo considerações sobre o início do prazo legal para divulgação das campanhas dos candidatos, o uso de novas tecnologias, especialmente a internet, com todos os instrumentos que viabiliza, como o acesso a redes sociais e *blogs*, os limites à propaganda antecipada, negativa e irregular, a imprescindível regulamentação da propaganda em meios de comunicação de massa, a importância da discriminação de gastos com propaganda na prestação de contas, o uso e abuso dos meios de comunicação social. Todas as restrições legais, admitem, visam tornar mais equânime a disputa entre os candidatos, evitando que a propaganda possa interferir na livre informação do eleitor, que motiva a manifestação consciente do voto.

ARTIGOS

**DESTAQUE**  
**Nova fase da concorrência no Brasil**  
24 João Grandino Rodas

**OBSERVATÓRIO JURÍDICO**  
**Aquecimento ou resfriamento da Terra – Probabilidades e pseudoverdades**  
50 Joaquim José Marques Mattar

**CONTEXTO**  
**A recente decisão do STJ e o perigo de um “Estado Total”**  
52 João Gaspar Rodrigues

**DIREITO EMPRESARIAL**  
**Desaparecimento de marcas famosas**  
54 Sheila Medeiros

**IN VOGA**  
**Planos de saúde devem informar o descredenciamento de médicos e hospitais**  
55 Sandra Franco e Nina Neubarth

**PORTAL JURÍDICO**  
**Abrigos de veículos em condomínios edilícios – Os reflexos da Lei nº 12.607/12**  
56 Juliano Ralo Monteiro

**TENDÊNCIAS**  
**Homofobia**  
58 Luiza Nagib Eluf

**ENFOQUE**  
**O Google do Poder Judiciário e a proteção aos dados pessoais**  
59 André Augusto Lins da Costa Almeida

**CONJUNTURA**  
**Equívocos e sofismas em matéria de lucros no exterior**  
60 Alberto Xavier

**DOCTRINA**  
**O princípio da reserva do possível, o mínimo vital e a efetividade dos direitos sociais no Brasil**  
64 Wanderlei José dos Reis

**PONTO DE VISTA**  
**Direitos humanos – A questão da tortura**  
66 João Baptista Herkenhoff

SECOES

5 Com a palavra...

10 Crítica &amp; Autocrítica

12 Indicadores Econômicos

13 Cartas &amp; Críticas

14 Painel Econômico

17 Direito e Bioética

18 Ciência Jurídica em Foco

20 Painel do Leitor

22 Propostas e Projetos

SUMÁRIO

# REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

a. 24

n. 5

maio 2012

**Editorial** 17

**Juramento** 19

**Epígrafe** 21

**Ponto de Vista** 23

- **O novo Código do Consumidor – perspectivas**  
Rodrigo Rollemberg

**Artigos Doutrinários** 25

**A Fazenda Pública no projeto do novo Código de Processo Civil, 25**  
Eduardo de Souza Floriano

**O redirecionamento da execução fiscal contra o sócio-gerente e a prescrição intercorrente, 40**  
Daniel Carneiro Machado

**Formas alternativas de resolução de conflito, 47**  
Oriana Piske

**O quesito de absolvição do réu pelo conselho de sentença no procedimento do júri, 56**  
Marcelo Elias Sanches

**Inovações Legislativas** 69

Lei 12.618, de 30 de abril de 2012.

Lei 12.619, de 30 de abril de 2012.

MP 567, de 3 de maio de 2012.

Decreto 7.720, de 16 de abril de 2012.

Decreto 7.721, de 16 de abril de 2012.

**Acórdãos — Inteiros Teores** 71

**Corte Especial – Exercício profissional. Anulação de questões de prova do exame da OAB. Pretensão de anulação de questões, atribuição de pontuação e aprovação. Inscrição profissional. Competência profissional, 71**  
Conflito de Competência 0046268-98.2010.4.01.0000/BA  
Relator: Desembargador Federal Catão Alves

**1ª Seção – Justiça estadual. Competência delegada. Provimento Coger 52/2010. Processo já sentenciado. Criação de novas varas federais, 73**  
Conflito de Competência 0058500-11.2011.4.01.0000/TO  
Relator: Juiz Federal Miguel Ângelo de Alvarenga Lopes (convocado)

**2ª Seção – Crime ambiental. Responsabilidade penal isolada da pessoa jurídica. Possibilidade, 76**  
Mandado de Segurança Criminal 0021154-60.2010.4.01.0000/BA  
Relator: Juiz Federal Evaldo de Oliveira Fernandes, filho (convocado)

# SUMÁRIO

Revista CEJ, Ano XV, n. 55, out./dez. 2011

- DIREITO CONSTITUCIONAL**    **6**    TELEOLOGIA DOS INCENTIVOS FISCAIS APROVADOS PELA SUFRAMA  
*Teleology of tax incentives approved by Suframa*  
Ives Gandra Martins
- 11**    A NOVA DISCIPLINA DO MANDADO DE SEGURANÇA  
*The new legal order of the writ of mandamus*  
Edilson Pereira Nobre Júnior
- 25**    A MISSÃO DO ADVOGADO PÚBLICO NA DEFESA DO ESTADO DEMOCRÁTICO  
*The public attorney's mission as an upholder of the democratic rule of law*  
Adel El Tasse
- 36**    O PRINCÍPIO DA OFENSIVIDADE E A JURISPRUDÊNCIA DO  
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL  
*Wrongfulness of conduct and Supreme Court case law*  
Sirlene Nunes Arêdes
- DIREITO PREVIDENCIÁRIO**    **46**    BARREIRAS DA CONCILIAÇÃO NA SEGURIDADE SOCIAL E POLÍTICA  
DE TRATAMENTO DOS CONFLITOS  
*Obstacles to social security conciliation and policy for conflict settlement*  
Paulo Brum Vaz e Bruno Takahashi
- DIREITO INTERNACIONAL**    **57**    PEDIDO DE RESTITUIÇÃO X DIREITO DE GUARDA – ANÁLISE DO ART. 16 DA  
CONVENÇÃO DA HAIA DE 1980  
*Petition for return X custody right – assessment of article 16 of the 1980  
Hague Convention*  
Mônica Sifuentes
- DIREITO PROCESSUAL CIVIL**    **65**    O INSTITUTO DA HIPOTECA JUDICIÁRIA E A SUA ATUAL APLICABILIDADE NO  
ORDENAMENTO PÁTRIO  
*Judicial mortgage and its current applicability to the Brazilian legal system*  
Fernanda Leal Barbosa  
Maria Luíza Firmiano Teixeira
- TEORIA DO DIREITO**    **76**    AS RELAÇÕES ENTRE ÉTICA E POLÍTICA NA CONCEPÇÃO DA JUSTIÇA EM  
ARISTÓTELES  
*The relationship between ethics and politics according to Aristotle's idea of justice*  
Rogério Cangussu Dantas Cachichi
- 86**    O DIREITO COMO SISTEMA AUTOPOIÉTICO  
*Law as an autopoietic system*  
Geailson Soares Pereira
- 93**    A INTERPRETAÇÃO EM RONALD DWORKIN  
*Ronald Dworkin's views on interpretation*  
Carlos Henrique Generoso Costa
- INDICAÇÕES LITERÁRIAS**    **105**    DIREITO À NÃO AUTOINCRIMINAÇÃO E DIREITO AO SILÊNCIO  
*Por Luis Afonso Heck*
- 106**    A DECISÃO DO JUIZ E A INFLUÊNCIA DA MÍDIA: ineficácia da prova divulgada pelos  
meios de comunicação para o processo penal e civil  
*Por Néfi Cordeiro*

# REVISTA JURÍDICA NOTADEZ

a. 60

n. 415

maio 2012

## **Doutrinas**

### **CIVIL, PROCESSUAL CIVIL E COMERCIAL**

1. Tendências em Matéria de Tutela Sumária: da Tutela Cautelar à Técnica Antecipatória  
Daniel Mitidiero..... 9
2. Tutela Antecipada e o Duplo Grau de Jurisdição no Estado de Direito Transnacional  
Leonardo Oliveira Soares ..... 47
3. Sobre a Aplicação da Teoria da Transcendência dos Motivos Determinantes das Sentenças Proferidas pelo Supremo Tribunal Federal no Controle Difuso  
Tânia Lobo Muniz e Lucas Franco de Paula..... 59

### **PENAL E PROCESSUAL PENAL**

1. Algumas Considerações Acerca da Razoável Duração do Processo Penal e Algumas Implicações Práticas em Primeiro Grau de Jurisdição  
Juliana Dias Almeida de Filippo e Thiago Baldani  
Gomes de Filippo ..... 81

## **Jurisprudência**

### **CIVIL, PROCESSUAL CIVIL E COMERCIAL**

#### ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

1. Superior Tribunal de Justiça ..... 101
2. Superior Tribunal de Justiça ..... 117
3. Tribunal Regional Federal 4ª Região ..... 145

**SUMÁRIO**

**RT – 100 ANOS RENOVADOS..... 5**

**MERCADO, ECONOMIA E DIREITO**

1. Análise econômica do direito do consumidor em períodos de recessão: uma abordagem a partir da Economia Comportamental  
 AMANDA FLÁVIO DE OLIVEIRA E FELIPE MOREIRA DOS SANTOS FERREIRA..... 13

2. Direito do consumidor e ordenação do mercado: o princípio da defesa do consumidor e sua aplicação na regulação da propriedade intelectual, livre concorrência e proteção do meio ambiente  
 BRUNO MIRAGEM..... 39

**PUBLICIDADE E CONSUMO**

1. A ilicitude da publicidade invisível sob a perspectiva da ordem jurídica de proteção e defesa do consumidor  
 ANTÔNIO CARLOS EFING, LAÍS GOMES BERGSTEIN E FERNANDA MARA GIBRAN .... 91

2. Os limites da atuação publicitária na condução de comportamentos sociais: o valor da ética no controle jurídico da publicidade  
 JOSÉ TADEU NEVES XAVIER ..... 117

**ATUALIZAÇÃO DO CDC E MODELOS DO DIREITO COMPARADO**

1. Reforma al Estatuto de Protección al Consumidor en Colombia. Comentarios y estudio comparativo con el régimen anterior  
 JUAN CARLOS VILLALBA CUELLAR..... 147

2. La protección del consumidor en el derecho venezolano  
 SHERALDINE PINTO OLIVEROS..... 179

**SUPERENDIVIDAMENTO E CRÉDITO**

1. O cartão de crédito e o risco de superendividamento: uma análise da recente regulamentação da indústria de cartão de crédito no Brasil e nos Estados Unidos  
 CLARISSA COSTA DE LIMA ..... 239

2. Direito de arrependimento do consumidor de crédito: evolução no direito comparado e oportunidade/conveniência da regulamentação nos contratos de crédito consignado KÁREN RICK DANILEVICZ BERTONCELLO.....	261
--	-----

**DIREITO EUROPEU DOS CONTRATOS**

1. O direito europeu do consumidor e a possibilidade de uma contra-teoria do contrato VINCENT FORRAY Traduzido por JOÃO HENRIQUE KURTZ ALGARVE .....	291
--	-----

**SÚMULA COMENTADA**

1. Inscrição indevida em banco de dados restritivo de crédito e dano moral: comentários à Súmula 385 do STJ BRUNO MIRAGEM.....	323
---	-----

**LEGISLAÇÃO COMENTADA**

1. Direito europeu muda nos contratos a distância e a domicílio: a nova Diretiva 2011/83 relativa aos direitos dos consumidores atualiza regime do arrependimento, das cláusulas abusivas, do crédito acessório ao consumo, da informação em geral e do comércio eletrônico CLAUDIA LIMA MARQUES E LAURA SCHERTEL MENDES.....	339
--	-----

**JURISPRUDÊNCIA COMENTADA**

1. Responsabilidade objetiva dos bancos por danos aos consumidores causados por fraude ou crime de terceiros: risco do empreendimento, conexão da atividade do fornecedor e fortuito interno – Comentários ao REsp 1.197.929/PR BRUNO MIRAGEM.....	405
---	-----

**JURISPRUDÊNCIA ANOTADA**

1. Acórdãos

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – Falha de segurança – Ocorrência – Fraude em transação, mediante envio de e-mail falso ao vendedor, induzindo-o a remeter mercadoria Resenha por BRUNO MIRAGEM.....	439
---	-----

CONSUMIDOR – Ação civil pública – Execuções individuais fundadas em sentença coletiva – Obrigatoriedade de ajuizamento perante o juízo prolator da sentença • SENTENÇA – Ação civil pública – Condenação ao

pagamento de expurgos inflacionários sobre caderneta de poupança por instituição financeira – Restrição do alcance decisório apenas aos autores da ação coletiva em sede de ação de execução Resenha por BRUNO MIRAGEM.....	447
--	-----

#### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO

CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – Aplicação à pessoa jurídica empresária – Contratação de empresa especializada para a instalação de ar refrigerado que evidencia a vulnerabilidade técnica da contratante • PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – Falha – Instalação de ar-condicionado – Equipamentos de alta potência instalados em estabelecimento que não são suficientes para a refrigeração do ambiente • PESSOA JURÍDICA – Dano moral – Descumprimento contratual que, se não faz surgir circunstância que atente contra a dignidade da parte, caracteriza-se como mero aborrecimento Resenha por BRUNO MIRAGEM.....	486
RESPONSABILIDADE CIVIL – Dano moral – Estabelecimento de ensino – Professor que, para ilustrar os efeitos da inalação de gás carbônico no organismo humano, faz experiência com alunos, consistente na colocação de um saco plástico na cabeça pelo máximo de tempo que este suportasse Resenha por BRUNO MIRAGEM.....	494

#### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL

RESPONSABILIDADE CIVIL – Dano moral – Compra e venda – Veículo automotor – Inconvenientes decorrentes de extravio de chave principal de bem adquirido em concessionária, com posterior insurgência de problemas no ar-condicionado Resenha por BRUNO MIRAGEM.....	500
--	-----

#### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

COOPERATIVA HABITACIONAL – Atraso na entrega do imóvel – Cooperado que, após solicitar desligamento, requer a restituição das quantias pagas Resenha por BRUNO MIRAGEM.....	506
--	-----

#### RESENHAS

1. <i>Aspectos controvertidos da ação civil pública</i> , de João Batista de Almeida Resenha por BRUNO MIRAGEM.....	513
2. <i>Handbook of research on international consumer law</i> , editado por Geraint Howells, Iain Ramsay, Thomas Wilhelmsson e David Kraft Resenha por BRUNO MIRAGEM.....	515

<b>NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORAL INÉDITA.....</b>	<b>519</b>
--	------------

REVISTA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO		
v. 44	n. 123	Jan./abr. 2012

Entrevista 6

Ministro Valmir Campelo

**6** Para o TCU a  
Copa é hoje

Destaques 10

- 10** Falhas prejudicam funcionamento do Sistema Nacional de Transplantes
- 12** Fiscalização em ferrovias
- 14** Muito além do vício
- 20** Fiscalização aponta oportunidades de melhorias em arrecadação de multas administrativas
- 23** Medidas para evitar fraudes em crédito habitacional da Caixa
- 24** Fragilidades em controle de recursos de postos diplomáticos
- 26** Efetividade no uso da água
- 27** Aproximação com a sociedade

Artigos 28

- 28** A revisão de sanções impostas a particulares no âmbito das licitações públicas e contratos administrativos
- 42** Auditoria Operacional: conceito, proposta e crítica
- 60** As licitações exclusivas para microempresas e empresas de pequeno porte: regra e exceções
- 78** Responsabilidade do parecerista técnico que opina nos processos de contratação administrativa
- 92** A função socioambiental do contrato administrativo
- 102** A Análise de Impacto Regulatório (AIR) e o papel do Tribunal de Contas da União na avaliação da regulação setorial

Índice de Assunto 114

Índice de autor 118

Endereços 119

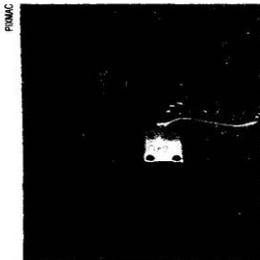
ENTREVISTA



**6 RECORTES DE UM MUNDO GLOBALIZADO  
O CONSUMO, O ESTADO E O HOMEM**

Em entrevista exclusiva concedida à *Consulex*, o excelentíssimo Desembargador Federal do Trabalho GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO ultrapassa as questões trabalhistas e expõe recortes do mundo globalizado em que vivemos. Sem embargo, trata-se este de tema imprescindível para o entendimento do homem enquanto parte de uma coletividade que, de forma inegável, estende-se ao contexto global. Consumo, soberania dos Estados e globalização jurídica vêm pontuadas em uma discussão marcada pela profunda observação do cotidiano, sob pinceladas de consagradas lições de autores como Michael Foley, Oscar Wilde e Zygmund Bauman. Dentre todas as nuances apresentadas, entretanto, é a exposição da relação entre o homem e o mundo que leva a redimensionar a globalização no Brasil e, de forma inusitada, ao desafio de redobrar o amor por este chão.

CAPA



**24 RIO+20  
PROMESSA DE SUSTENTABILIDADE E VIDA PARA O PLANETA**

Desde as conclusões apresentadas pelo Relatório Meadows, ampliaram-se as discussões sobre as causas e efeitos da crise ambiental. Com os anos, também multiplicaram-se os esforços globais em combater e reduzir os impactos sobre a natureza, revelando-se a conscientização dos Estados sobre os reflexos desta violência para as populações na elaboração de metas e propostas de sustentabilidade. Marcando um novo ciclo na série de conferências da ONU sobre meio ambiente, a Rio+20 encerra diversas expectativas, o propósito de reunir os governos em um compromisso real pela erradicação da pobreza e da fome e a dúvida sobre a concretização de um desenvolvimento sustentável, com respeito aos ecossistemas e à vida. Sem embargo, o tema merece destaque em uma matéria de capa ampliada, sob o olhar ora crítico, ora otimista, dos respeitados e renomados articulistas.

ARTIGOS

DESTAQUE

**Proposta cria brecha e risco de fratura no Estado de Direito**  
22 Nelson Calandra

ENFOQUE

**O Estado e o caso dos catraieiros de Oiapoque**  
50 Besaliele Rodrigues

TENDÊNCIAS

**Educação e a política de acesso à Justiça**  
52 Marilton Fontes Mota

IN VOGA

**Acesso à informação – Da lei à realidade**  
56 Marcelo Henrique Pereira

PORTAL JURÍDICO

**Perda do tempo útil – Uma nova causa de dano moral**  
58 Vitor Vilela Guglinski

CONJUNTURA

**Industrialização por encomenda – IPI ou ISS?**  
61 Ricardo Lodi Ribeiro e Lívia Pinheiro Lopes

CONTEXTO

**Mercosul – A difícil caminhada do processo de integração regional**  
62 Marcelo de Lima

OBSERVATÓRIO JURÍDICO

**Como punir a criação de perfil falso e o furto de identidade on-line**  
64 Alexandre Atheniense

PONTO DE VISTA

**Fraudes em licitações e a legislação brasileira**  
66 Gislaiane Barbosa de Toledo

SEÇÕES

- 5 Com a palavra...
- 10 Crítica & Autocrítica
- 12 Indicadores Econômicos
- 13 Cartas & Críticas
- 14 Direito Marítimo
- 16 Painel Econômico
- 18 Painel do Leitor
- 20 Propostas e Projetos

SUMÁRIO

# REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

a. 49

n. 193

Jan./mar. 2012

## REVISTA de INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Brasília · ano 49 · nº 193 · janeiro/março · 2012

Paulo Roberto Lyrio Pimenta	As normas constitucionais programáticas e a reserva do possível 7
Paulo Roberto Barbosa Ramos	Federalismo: condições de possibilidade e características essenciais 21
Ricardo José Pereira Rodrigues	Financiamento de partidos políticos e fundos partidários: subvenções públicas em países selecionados 31
Dani Rudnicki	Três dias no Presídio Central de Porto Alegre: o cotidiano dos policiais militares 49
Jeferson Dytz Marin e Karen Irena Dytz Marin	Meio ambiente e reordenamento do espaço: um novo olhar sobre a cidade 65
Délton Winter de Carvalho e Fernanda Dalla Libera Damacena	A intensificação dos desastres naturais, as mudanças climáticas e o papel do Direito Ambiental 83
Jair José Perin	Particularidades jurídicas no exercício do contencioso da Advocacia-Geral da União na atuação em prol da União – Administração Direta 99
Eduardo Fortunato Bim	Divergências científicas e metodológicas no direito público e no ambiental 125
Marcelo Casseb Continentino	Ativismo judicial: proposta para uma discussão conceitual 141
Marília de Ávila e Silva Sampaio	Tabagismo, livre arbítrio e dignidade da pessoa humana: parâmetros científicos e dogmáticos para (re)pensar a jurisprudência brasileira sobre o tema 151
Eduardo Pordeus Silva	Direito humano à saúde e a questão da cidadania socioeconômica 163
Beatriz Bastide Horbach	A competência legislativa concorrente de divergência do Direito alemão 171
Milton Carvalho Gomes	Desordem da linguagem moral e a proposta de uma fundamentação racional inserida na tradição 183
Gustavo Carvalho Chehab	A lei complementar no direito brasileiro 191

Marcos Vinício Chein Feres, Murilo Ramalho Procópio e Elisa Mara Coimbra	As políticas públicas, o direito de patente e o caso das doenças negligenciadas 205
Rafael Vargas Hetsper	O Poder de veto no ordenamento jurídico brasileiro 215
Eneida Bastos Paes	Os desafios da implementação da nova Lei de Acesso à Informação – Lei 12.527/11 227
Jarbas Maranhão	Dois Constituintes de 1946 245
Hugo Hortêncio de Aguiar	O Titanic continua navegando... 251
Marcelo de Lima	Um imigrante iguala-se realmente a um cidadão nacional, em direitos civis, políticos, econômicos e sociais? O direito comparado: modelos brasileiro e europeu 269

*Seção Resenha Legislativa  
da Consultoria Legislativa do Senado Federal*

Claudio Demczuk de Alencar	O uso da prova emprestada no processo penal 285
----------------------------	---

<b>REVISTA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO</b>		
a. 19	n. 33	abr. 2012

## SUMÁRIO

EDITORIAL .....	9
<b>EXECUÇÃO FISCAL, DIREITO TRIBUTÁRIO E DIREITO FINANCEIRO: ARTIGOS</b>	
A compensação de tributos com precatórios judiciais - Camila Cristina Magrille Molle .....	13
Triste fim da obrigação tributária pelo adimplemento - Cássio Benvenuti de Castro .....	33
A praticidade como sinônimo de desconfiança e as margens de lucro fixas nos preços de transferência - Eduardo Morais da Rocha .....	69
Finanças públicas e Direito Penal: o conceito de evasão de divisas no parágrafo único do artigo 22 da Lei nº 7.492/1986 - Eugênio Rosa de Araújo .....	89
Leviatã fiscal: uma análise crítica do panóptico tributário - Marcelo Miranda Ribeiro .....	97
<b>ARTIGOS</b>	
A defesa da racionalidade democrática nas antinomias do homem e do Estado - Bruno J. R. Boaventura .....	115
O (novo) direito extradicional - Larissa Clare Pochmann da Silva .....	131
O ideal de Sólon e a democracia na Grécia Antiga - Orly Kibrit .....	143
O mandado de injunção no Direito Constitucional brasileiro - Paulo Junior Trindade dos Santos e Thelleen Aparecida Balestrin .....	149
O acesso à informação na legislação brasileira - Victor Roberto Corrêa de Souza .....	161
<b>ESPECIAL</b>	
Uma gramática das decisões judiciais: mesmos casos, decisões desiguais - Fernanda Duarte e Rafael Mario Iorio Filho .....	185
<b>RESENHA</b>	
CHANG, Ha Joon. <i>Chutando a Escada: A Estratégia do Desenvolvimento em Perspectiva Histórica</i> (São Paulo: UNESP, 2004. 266 p.) - Luis Rodolfo Cruz e Creuz .....	207
ÍNDICE DE ASSUNTOS .....	213
NORMAS DE PUBLICAÇÃO .....	223

# REVISTA SÍNTESE DIREITO ADMINISTRATIVO

a. 7

n. 77

maio 2012

**Normas Editoriais para Envio de Artigos** ..... 7

## **Assunto Especial**

### **EXIGÊNCIA DE CERTIDÃO NEGATIVA TRABALHISTA EM LICITAÇÃO**

#### **DOCTRINAS**

1. Certidão Negativa Trabalhista *Pode Ser Mas Não Precisa Ser Exigida* nos Editais de Licitação  
Ivan Barbosa Rigolin ..... 9
2. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas: Licitações Públicas e Efetividade das Normas de Direito do Trabalho  
Gustavo Filipe Barbosa Garcia ..... 17
3. A Impossibilidade de Aplicação da Lei nº 12.440/2011 aos Contratos Firmados Antes de Sua Vigência  
Ciro Carvalho Miranda..... 30
4. Debates sobre a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas  
Elói Martins Senhoras e Ariane Raquel Almeida de Souza Cruz ..... 39

#### **JURISPRUDÊNCIA**

1. Acórdão na Íntegra (TRT 3ª R.) ..... 44

#### **REFERÊNCIA LEGISLATIVA**

1. Lei nº 12.440, de 07 de Julho de 2011 ..... 49

## **Parte Geral**

#### **DOCTRINAS**

1. O Nepotismo Cruzado e a Súmula Vinculante nº 13, do Egrégio Supremo Tribunal Federal. A Improbidade Administrativa. Jurisprudência sobre o Tema  
Gina Copola..... 51
2. Critério de Aceitabilidade dos Preços Unitários das Propostas em Licitações Públicas – Artigo 40, Inciso X, da Lei nº 8.666/1993  
José Paulo Dorneles Japur ..... 59
3. O Controle Jurisdicional sobre o Ato Administrativo Discricionário  
Elisson Pereira da Costa..... 69
4. A Liberdade de Informação Governamental e a Promoção Pessoal  
João Gabriel Lemos Ferreira ..... 77

# REVISTA SÍNTESE TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

a. 23

n. 275

maio. 2012

**Normas Editoriais para Envio de Artigos** ..... 7

## **Assunto Especial**

### **A AÇÃO REGRESSIVA**

#### **DOCTRINAS**

1. Fundamentos da Ação Regressiva Acidentária  
Ivani Contini Bramante ..... 9
2. A Prevenção como a Melhor Defesa do Empregador Frente às Ações  
Regressivas Acidentárias  
Saulo Nunes de Carvalho Almeida..... 49

#### **JURISPRUDÊNCIA**

1. Acórdão na Íntegra (TRF 5ª R.) ..... 59
2. Ementário..... 63

## **Parte Geral**

#### **DOCTRINAS**

1. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas: Licitações Públicas  
e Efetividade das Normas de Direito do Trabalho  
Gustavo Filipe Barbosa Garcia..... 67
2. Acordos Internacionais de Previdência Social – Comentários aos  
Artigos 467/486 da IN/INSS 45/2010  
Wladimir Novaes Martinez ..... 78
3. Em Busca do Tempo Perdido: o Aviso-Prévio Proporcional ao  
Tempo de Serviço e a Lei nº 12.506/2011  
Homero Batista Mateus da Silva..... 90

#### **JURISPRUDÊNCIA TRABALHISTA**

##### **ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA**

1. Superior Tribunal de Justiça ..... 113
2. Tribunal Superior do Trabalho ..... 125
3. Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região ..... 133
4. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região ..... 137
5. Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região ..... 141
6. Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região ..... 145
7. Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região ..... 152

##### **EMENTÁRIO TRABALHISTA**

1. Ementário de Jurisprudência Trabalhista ..... 158

## **JURISPRUDÊNCIA PREVIDENCIÁRIA**

### ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

1. Supremo Tribunal Federal.....	174
2. Superior Tribunal de Justiça .....	178
3. Superior Tribunal de Justiça .....	182
4. Tribunal Regional Federal da 1ª Região .....	188
5. Tribunal Regional Federal da 2ª Região .....	192
6. Tribunal Regional Federal da 3ª Região .....	196
7. Tribunal Regional Federal da 4ª Região .....	205

### EMENTÁRIO PREVIDENCIÁRIO

1. Ementário de Jurisprudência Previdenciária .....	211
---	-----

## **Seção Especial**

### COM A PALAVRA, O PROCURADOR

1. Impugnação de Ato de Empregador Estatal Por Meio de Mandado de Segurança Impetrado Perante a Vara do Trabalho Cláudio Dias Lima Filho .....	224
--	-----

<b>Clipping Jurídico.....</b>	<b>242</b>
-------------------------------	------------

<b>Súmulas.....</b>	<b>247</b>
---------------------	------------

<b>Orientações Jurisprudenciais .....</b>	<b>248</b>
---	------------

<b>Resenha Legislativa.....</b>	<b>249</b>
---------------------------------	------------

<b>Tabelas Práticas .....</b>	<b>250</b>
-------------------------------	------------

<b>Índice Alfabético e Remissivo .....</b>	<b>253</b>
--	------------

# REVISTA DE DIREITO PRIVADO

a. 13

n. 50

abr./jun. 2012

## TEORIA GERAL

1. Os usos do tráfico como modelo jurídico e hermenêutico no Código Civil de 2002

GUSTAVO HAICAL..... 11

## BIOÉTICA

1. Du bébé médicament et de l'autonomie de la technique: de la création pour donation au clonage des humains

PATRICK TROUDE-CHASTENET..... 51

2. O bebê-medicamento e a autonomia da técnica: da reprodução assistida para doação à clonagem de seres humanos

PATRICK TROUDE-CHASTENET  
Traduzido por CARLOS EDUARDO DE ABREU BOUCAULT..... 61

## OBRIGAÇÕES

1. A ciência do lesado e o início da contagem do prazo prescricional

RENATA CARLOS STEINER..... 73

2. Lesão e "dolo de aproveitamento" no Código Civil

RICARDO PADOVINI PLETI..... 93

## CONTRATOS

1. Revisão de contratos extintos como instrumento de efetivação da justiça contratual

JOSIANE ARAÚJO GOMES..... 109

2. O dever de cooperação no contrato de seguro

JULIANA CAROLINA FRUTUOSO BIZARRIA..... 143

## RESPONSABILIDADE CIVIL

1. Danos estéticos: uma análise à luz da função social da responsabilidade civil e da dignidade humana

FABIO QUEIROZ PEREIRA ..... 205

2. A responsabilidade de terceiros nas relações contratuais

RENATA REGINA BUENO FERNANDES..... 227

**DIREITO EMPRESARIAL**

1. Contrato de *leasing* e a sustentabilidade econômica da atividade empresarial  
JOÃO CARLOS LEAL JÚNIOR E ALANA FACONTI BUNGART ..... 263
2. Da inaplicabilidade do art. 254-A da Lei das Sociedades por Ações às reestruturações societárias  
LUCAS BRAUN..... 293

**PROPRIEDADE INTELECTUAL**

1. A limitação da propriedade intelectual em nome da competição  
PAUL NIHOUL E BEATRIZ BINELLO DESMARET ..... 311

**DIREITOS REAIS**

1. A Lei 11.977/2009 e as novas bases da usucapião  
FERNANDA LOURES DE OLIVEIRA ..... 349
2. O princípio da socialidade e sua relação com as normas de usucapião imobiliária e desapropriação judicial no Código Civil de 2002  
LUIZ FERNANDO DE CAMARGO PRUDENTE DO AMARAL..... 373

**DIREITO DE FAMÍLIA**

1. O direito do cônjuge que deixa ou é obrigado a deixar o lar conjugal de receber o valor equivalente à metade da estimativa do aluguel do imóvel  
FÁBIO CALHEIROS DO NASCIMENTO ..... 403

**DIREITO DO TRABALHO**

1. Desafios ao desenvolvimento e eficácia da nova licença-maternidade: propostas para o seu aprimoramento  
SAULO NUNES DE CARVALHO ALMEIDA ..... 429

**JURISPRUDÊNCIA COMENTADA**

1. Notas sobre direito moral do autor – Comentário ao acórdão do STJ que julgou o REsp 1.098.626/RJ  
GEORGES ABBOUD ..... 449

**JURISPRUDÊNCIA ANOTADA**

## 1. Acórdãos

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

LOCAÇÃO – Fiança – Exoneração – Avença locatícia prorrogada, por tempo indeterminado, sem a anuência do fiador e cláusula contratual que impõe a

responsabilidade do garante até a efetiva entrega das chaves da coisa locada	
• LOCAÇÃO – Fiança – Perda da eficácia – Cláusula contratual que impõe a responsabilidade do garante até a efetiva entrega das chaves da coisa locada, e contrato locatício que foi prorrogado por tempo indeterminado sem a anuência do fiador	
Resenha por LUCIANO DE CAMARGO PENTEADO .....	503
INDENIZAÇÃO – Dano moral – Seguro – Cláusula restritiva – Intervenção cirúrgica – Hipertrofia mamária – Recusa no pagamento do sinistro – Negativa de cobertura para procedimento de natureza reparadora	
Resenha por REGINA VERA VILLAS BÔAS.....	515

## RESENHAS

1. <i>A evolução do direito comercial brasileiro: da mercancia ao mercado</i> , de Paula Andrea Forgioni	
Resenha por RAFAEL REGO ANTONINI.....	523

<b>NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORAL INÉDITA.....</b>	<b>525</b>
--	------------

# SUMÁRIO

## **Doutrinas**

### **CIVIL, PROCESSUAL CIVIL E COMERCIAL**

1. Tutela do Meio Ambiente: *Class Actions* do Direito Norte-Americano – Aproximações e Distinções da Ação Civil Pública e Ação Popular do Direito Brasileiro  
Liane Tabarelli Zavascki.....9
2. Indeferimento da Inicial e Rejeição Liminar da Ação de Improbidade Administrativa  
Fábio Cardoso Machado e Otávio Luiz Verdi Motta .....33
3. Responsabilidade Civil dos Cirurgiões Plásticos nas Cirurgias Estéticas: Um Estudo Comparativo Entre Aspectos Jurídico-Civis no Direito Argentino e Brasileiro  
Gustavo Silveira Borges..... 51
4. Responsabilidade Civil dos Delegados das Serventias Extrajudiciais  
Assuero Rodrigues Neto.....65

### **PENAL E PROCESSUAL PENAL**

1. Pode o Juízo Revidendo Absolver o Réu Condenado pelo Tribunal do Júri?  
Fernando Tourinho Filho.....97
2. Da Deusa da Justiça à Deusa da Caça: a (In)Conformidade da Determinação Probatória *Ex Officio* Facultada pelo CPP e pelo PLS 156/2009 Frente ao Processo Penal Constitucional  
Débora de Souza de Almeida ..... 107

## **Jurisprudência**

### **CIVIL, PROCESSUAL CIVIL E COMERCIAL**

#### ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

1. Superior Tribunal de Justiça ..... 127
2. Superior Tribunal de Justiça ..... 133
3. Tribunal Regional Federal da 1ª Região ..... 139
4. Tribunal Regional Federal da 2ª Região ..... 153
5. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul..... 157

#### EMENTÁRIO DE JURISPRUDÊNCIA

1. Ementário de Jurisprudência Civil, Processual Civil e Comercial .... 175

### **PENAL E PROCESSUAL PENAL**

#### ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

1. Supremo tribunal federal ..... 201
2. Superior Tribunal de Justiça ..... 207
3. Tribunal Regional Federal da 4ª Região ..... 217

#### EMENTÁRIO DE JURISPRUDÊNCIA

1. Ementário de Jurisprudência Penal e Processual Penal ..... 221

### **Índice Alfabético e Remissivo ..... 241**

**SUMÁRIO**

**PRODUTOS PERIGOSOS E PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR**

1. Publicidade de tabaco e liberdade de expressão  
ADALBERTO PASQUALOTTO..... 11
2. O argumento da culpa da vítima como excludente da responsabilidade civil da indústria do cigarro: proposta de reflexão  
FERNANDA NUNES BARBOSA E MÔNICA ANDREIS ..... 61

**DANO MORAL COLETIVO E DIREITO DO CONSUMIDOR**

1. Dano moral coletivo nas relações de consumo  
GUILHERME MAGALHÃES MARTINS ..... 87

**PROTEÇÃO INTERNACIONAL DO CONSUMIDOR**

1. A tutela internacional do consumidor turista  
ARDYLLIS ALVES SOARES ..... 113
2. A necessidade de regras específicas de direito internacional privado no contrato de consumo internacional eletrônico: principais aspectos quanto ao foro competente e à lei aplicável  
GEOVANA GEIB..... 177
3. A proteção do consumidor no Mercosul e o Protocolo de Santa Maria: "la trama y el desenlace"  
JOSÉLI FIORIN GOMES ..... 213

**PROTEÇÃO DA CONFIANÇA E DEVER DE INFORMAR**

1. O princípio da proteção da confiança na relação médico-paciente: da confiança cega à confiança médica informada  
MAURILIO CASAS MAIA..... 267

**DIREITO DO CONSUMIDOR E DIREITO COMPARADO**

1. O que significa ensinar o direito contratual europeu  
SÉBASTIEN PIMONT  
Traduzido por FERNANDA SIROTSKY SCALETSCY E JOÃO HENRIQUE KURTZ  
ALGARVE ..... 289

2. O direito de arrependimento do consumidor e o Decreto Legislativo 206/2005 VIRGINIA ZAMBRANO Traduzido por SOPHIA MARTINI VIAL.....	307
--	-----

**LEGISLAÇÃO**

1. Anteprojetos de Lei de atualização do Código de Defesa do Consumidor Resenha por CLAUDIA LIMA MARQUES E BRUNO MIRAGEM.....	331
--	-----

**SÚMULA COMENTADA**

1. Fundamento e finalidade da aplicação do Código de Defesa do Consumidor às instituições financeiras: comentários à Súmula 297 do STJ BRUNO MIRAGEM.....	359
--	-----

**JURISPRUDÊNCIA COMENTADA**

1. Publicidade de palco, <i>merchandising</i> e os limites da responsabilidade das emissoras de televisão – Comentários ao REsp 1.157.228/RS BRUNO MIRAGEM.....	377
--	-----

**JURISPRUDÊNCIA ANOTADA**

## 1. Acórdãos

## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DENUNCIAÇÃO DA LIDE – Ação indenizatória – Responsabilidade objetiva – Morte de paciente em hospital – Lide denunciada à médica plantonista que atendeu o enfermo no dia anterior Resenha por BRUNO MIRAGEM.....	403
PRESCRIÇÃO – Ação indenizatória – Acidente de trânsito ocorrido durante a vigência do Código Civil de 1916 – Decurso de menos da metade do prazo da época que permite a aplicação do novo prazo do Código Civil, contado a partir da sua vigência • PRESCRIÇÃO – Ação indenizatória – Acidente de trânsito – Transporte de pessoas Resenha por BRUNO MIRAGEM.....	413
PRESCRIÇÃO – Ação de indenização – Danos moral e material – Má prestação de serviços advocatícios ofertados por sindicato – Inaplicabilidade do prazo previsto no Código do Consumidor Resenha por BRUNO MIRAGEM.....	421

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO

RESPONSABILIDADE CIVIL – Indenização – Dano moral – Defeito na prestação do serviço de hospedagem na Internet – Mensagens ofensivas à imagem inseridas por anônimo em site de relacionamento Resenha por BRUNO MIRAGEM .....	451
---	-----

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

CERCEAMENTO DE DEFESA – Julgamento antecipado da lide – Ação declaratória de inexigibilidade de título de crédito e medida cautelar de sustação de protesto • RELAÇÃO DE CONSUMO – Pessoa jurídica – Contratação de serviços de transporte de mercadorias com emissão de duplicata mercantil para cobrança Resenha por BRUNO MIRAGEM .....	460
---	-----

## 2. Decisões Monocráticas

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL

ILEGITIMIDADE PASSIVA <i>AD CAUSAM</i> – Estabelecimento comercial que oferece serviço de cartão de crédito administrado por terceiro – Responsabilidade civil por danos ocasionados ao consumidor que devem ser suportados solidariamente por todos os envolvidos na relação de consumo • RESPONSABILIDADE CIVIL – Cobrança de dívida não adquirida de cartão de crédito oferecido por estabelecimento comercial • DANO MORAL – Indenização – Dívida não adquirida de cartão de crédito que ensejou inscrição indevida de vítima no cadastro de inadimplentes – Situação vexatória que fere a dignidade da pessoa e que independe de prejuízo patrimonial • DANO MORAL – Indenização – Redução do <i>quantum</i> Resenha por BRUNO MIRAGEM .....	467
--	-----

## RESENHAS

1. <i>Curso de direito do consumidor</i> , de Bruno Miragem Resenha por CLAUDIA LIMA MARQUES .....	479
2. <i>Técnicas extraprocessuais de tutela coletiva: a efetividade da tutela coletiva fora do processo judicial</i> , de Alexandre Amaral Gavronski Resenha por BRUNO MIRAGEM .....	483

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTURAL INÉDITA.....	487
---	-----

# REVISTA SÍNTESE DIREITO ADMINISTRATIVO

a. 7

n. 76

abr. 2012

**Normas Editoriais para Envio de Artigos** ..... 7

## **Assunto Especial**

### **DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA**

#### **DOCTRINAS**

1. Discricionariiedade Administrativa: Controle de Exercício e Controle de Atribuição  
Rafael Maffini ..... 9
2. Linhas Fundamentais acerca da Relativização e Transformação dos Paradigmas da Discricionariiedade Administrativa  
Saulo Nunes de Carvalho Almeida e Luis Otavio Franco Martins ..... 23

#### **JURISPRUDÊNCIA**

1. Acórdão na Íntegra (TJSP) ..... 33
2. Ementário ..... 39

## **Parte Geral**

### **DOCTRINAS**

1. O Tribunal de Contas e os Preços dos Contratos Administrativos  
Carlos Ari Sunfeld e Rodrigo Pinto de Campos ..... 45
2. O Princípio do *Non Bis In Idem* no Âmbito do Processo Administrativo Sancionador  
Luiz Eduardo Diniz Araújo e Raíssa Roese da Rosa ..... 54
3. As Correlações entre Improbidade Administrativa, Diploma de Licitações Públicas e Lavagem de Dinheiro  
Cassio Roberto Conserino ..... 63
4. Precatórios Alimentares de São Paulo. As Instituições se Revezam para Protelar os Pagamentos  
Kiyoshi Harada ..... 77
5. Responsabilidade do Contratado na Administração de Compras, Serviços e Obras  
Jessé Torres Pereira Junior e Marinês Restelatto Dotti ..... 82

### **JURISPRUDÊNCIA**

#### **ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA**

1. Superior Tribunal de Justiça ..... 141

2. Tribunal Regional Federal da 1ª Região.....	146
3. Tribunal Regional Federal da 2ª Região.....	150
4. Tribunal Regional Federal da 3ª Região.....	162
5. Tribunal Regional Federal da 4ª Região.....	166
6. Tribunal Regional Federal da 5ª Região.....	173
7. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.....	177
EMENTÁRIO DE JURISPRUDÊNCIA	
1. Ementário de Jurisprudência de Direito Administrativo .....	188

### **Seção Especial**

#### **EM POUCAS PALAVRAS**

1. Cláusulas Exorbitantes em Contratos Administrativos Elói Martins Senhoras e Ariane Raquel Almeida de Souza Cruz .....	220
<b>Clipping Jurídico</b> .....	224
<b>Resenha Legislativa</b> .....	231
<b>Bibliografia Complementar</b> .....	233
<b>Índice Alfabético e Remissivo</b> .....	234

REVISTA JURÍDICA CONSULEX

a. 16

n. 367

maio 2012

ENTREVISTA

ROSANA MARRIHO



## 6 O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E A ADI Nº 4.638-DF

O Advogado e Professor ANTONIO CARLOS PALHARES MOREIRA REIS fala à *Consulex*, com exclusividade, sobre os principais pontos debatidos em sede de ação direta de inconstitucionalidade acerca das competências atribuídas ao Conselho Nacional de Justiça pela Resolução nº 135, de 2011, expedida pelo órgão. O notável Mestre explicita o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal em decisão liminar proferida na ADI nº 4.638-DF e tece importantes considerações sobre as questões relacionadas à Carreira da Magistratura, a atuação do CNJ e a constitucionalidade do ato normativo em destaque. Confira a entrevista concedida e conheça um pouco do pensamento do autor dos próximos lançamentos na área administrativa, *Admissão ao Serviço Público Federal* e *Processo Administrativo Disciplinar contra Magistrado*.

CAPA

PIWAC



## 26 REDES SOCIAIS PRECONCEITO E INTOLERÂNCIA

Os mais abalizados articulistas vêm tratar de tema atual e de grande relevância para toda a sociedade: os perigos que rondam as redes sociais. Com a expansão da internet, o compartilhamento de informações e de dados pessoais em redes sociais tornou-se um dos maiores atrativos para crianças, adolescentes e adultos. Com isso, verificou-se a maior facilidade de comunicação entre usuários no ambiente virtual, na mesma medida em que a rapidez e a extrema ramificação da rede proporcionou práticas abominadas também no mundo real. O preconceito e a intolerância têm sido disseminados de maneira assustadora com o auxílio das redes sociais, tornando o discurso de ódio mais presente na sociedade e cada vez mais imprescindível um marco legislativo firme e efetivo na garantia dos direitos humanos, da igualdade e da privacidade.

ARTIGOS

**DESTAQUE**  
**A informação e o massacre dos direitos humanos**  
 24 Fábio Medina Osório

**CONTEXTO**  
**Criminologia e o falso conceito de personalidade voltada ao crime**  
 40 João Paulo Rodrigues de Castro

**TENDÊNCIAS**  
**O direito do pai viúvo à licença-maternidade**  
 43 Sônia Mascaro Nascimento

**CONJUNTURA**  
**Participação de instituições financeiras em empresas não financeiras**  
 44 Walter Stuber

**PORTAL JURÍDICO**  
**Educação, saúde e trabalho – Faltas justificadas e a reposição de aulas**  
 46 Georgenor de Sousa Franco Filho

**GESTÃO EMPRESARIAL**  
**Holdings – Estratégia de negócios, proteção patrimonial e sucessão em empresa familiar**  
 48 Robson Zanetti

**IN VOGA**  
**A anencefalia sob a sagrada ótica do bom-senso**  
 52 Edson de Arruda Camara

**ENFOQUE**  
**Whistleblowing – Proteção legal ao servidor denunciante**  
 54 João Francisco da Mota Junior

**OBSERVATÓRIO JURÍDICO**  
**Contrato de imagem x contrato de trabalho – As implicações do art. 87-A da Lei Pelé**  
 58 Tiago Silveira de Faria

**DOCTRINA**  
**Direito à propriedade – Disciplina e Limitações**  
 62 José Carlos Sousa Silva

**DOCTRINA**  
**Prerrogativa de foro na ação de improbidade administrativa**  
 64 José Alexandre Sobrinho

**PONTO DE VISTA**  
**O crucifixo, a libra e a deusa Themis na Justiça brasileira**  
 66 Felipe Ferreira Nery

## SEÇÕES

- 5 Com a palavra...
- 10 Crítica & Autocrítica
- 12 Indicadores Econômicos
- 13 Cartas & Críticas
- 14 Painel do Leitor
- 15 Painel Econômico
- 16 Direito e Bioética
- 20 Propostas e Projetos
- 22 Direito Internacional



ANUÁRIO DA JUSTIÇA FEDERAL		
	n. 1	2012

# 10 Entre o cidadão e o Estado

Com estrutura pequena e tradição recente, Justiça Federal se desdobra para atender a demanda crescente

## HISTÓRIA

- 16** **Passado, presente e futuro**  
Revigorada a partir da nova ordem inaugurada em 1988, Justiça Federal tem novos desafios a vencer

- 22** **Conselho da Justiça Federal**

## SEÇÕES

3  
Editorial  
250  
Metodologia  
250  
Expectativas

## 26 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

<b>28</b> <b>Direção</b>	<b>1ª Seção</b> <b>32</b>	<b>2ª Seção</b> <b>40</b>	<b>3ª Seção</b> <b>48</b>	<b>4ª Seção</b> <b>56</b>
	1ª Turma 33	3ª Turma 41	5ª Turma 49	7ª Turma 56
	2ª Turma 37	4ª Turma 44	6ª Turma 52	8ª Turma 56

## DESEMBARGADORES

<b>35</b> Ângela Maria Catão Alves	<b>46</b> Hilton José Gomes de Queiroz	<b>38</b> Mônica Jacqueline Sifuentes
<b>58</b> Antônio Augusto Catão Alves	<b>47</b> Ítalo Fioravanti Sabo Mendes	Pacheco de Medeiros
<b>61</b> Antônio Souza Prudente	<b>54</b> Jirair Aram Meguerian	<b>39</b> Neuza Maria Alves da Silva
<b>42</b> Assusete Dumont Reis Magalhães	<b>51</b> João Batista Gomes Moreira	<b>36</b> Néviton de Oliveira Batista Guedes
<b>29</b> Cândido Artur Medeiros Ribeiro Filho	<b>29</b> José Amílcar de Queiroz Machado	<b>28</b> Olindo Herculano de Menezes
<b>53</b> Carlos Eduardo Moreira Alves	<b>36</b> Kassio Nunes Marques	<b>58</b> Reynaldo Soares da Fonseca
<b>43</b> Carlos Olavo Pacheco de Medeiros	<b>61</b> Leomar Barros Amorim de Sousa	<b>51</b> Sebastião Fagundes de Deus
<b>54</b> Daniel Paes Ribeiro	<b>57</b> Luciano Franco Tolentino Amaral	<b>50</b> Selene Maria de Almeida
<b>43</b> Fernando da Costa Tourinho Neto	<b>60</b> Maria do Carmo Cardoso	
<b>38</b> Francisco de Assis Betti	<b>46</b> Mário César Ribeiro	

**62** **Jurisprudência**

**68** **Seções Judiciárias da 1ª Região**

**72** **Procuradoria Regional**

**República da 1ª Região**

## 74 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

<b>76</b>	<b>Direção</b>	<b>1ª Seção 80</b>	<b>2ª Seção 87</b>	<b>3ª Seção 94</b>	7ª Turma 101
		1ª Turma 81	3ª Turma 88	5ª Turma 95	8ª Turma 104
		2ª Turma 84	4ª Turma 91	6ª Turma 98	

### DESEMBARGADORES

<b>83</b>	Abel Fernandes Gomes	<b>85</b>	Liliane Roriz	<b>103</b>	Roy Reis Friede
<b>79</b>	André Fontes	<b>92</b>	Luiz Antônio Soares	<b>89</b>	Salete Polita Meccalóz
<b>83</b>	Antônio Ivan Athié	<b>103</b>	Luiz Paulo da Silva Araújo Filho	<b>106</b>	Sergio Schwaitzer
<b>100</b>	Frederico Leite Gueiros	<b>96</b>	Marcelo Pereira da Silva	<b>106</b>	Vera Lúcia Lima da Silva
<b>99</b>	Guilherme Calmon Nogueira da Gama	<b>78</b>	Maria Helena Cisne		
<b>100</b>	Guilherme Couto de Castro	<b>86</b>	Messod Azulay Neto		<b>JUÍZES CONVOCAÇOS</b>
<b>97</b>	Guilherme Diefenthaler	<b>86</b>	Nizete Antônia Lobato Rodrigues Carmo	<b>90</b>	Aluisio Gonçalves de Castro Mendes
<b>102</b>	José Antonio Lisboa Neiva	<b>82</b>	Paulo Espírito Santo	<b>97</b>	Ricardo Perlingeiro Mendes da Silva
<b>93</b>	José Ferreira Neves Neto	<b>105</b>	Poul Erik Dynlund	<b>90</b>	Theophilo Antonio Miguel Filho
<b>93</b>	Lana Fontes Regueira	<b>79</b>	Raldênio Bonifacio Costa		

107 **Jurisprudência**

116 **Procuradoria Regional da**

112 **Seções Judiciárias da 2ª Região**

**República da 2ª Região**

ANUÁRIO DA JUSTIÇA FEDERAL		
----------------------------	--	--

	n. 2	
--	------	--

		2012
--	--	------

# 10 A hora da razão

Magistratura incorpora modernos instrumentos de gestão judiciária para superar disfunções e irracionalidades históricas

Editorial  
Expedient  
Metodolo  
Sobre o A

## 24 Um país que não aprende a fazer leis

O índice de inconstitucionalidade das leis analisadas pelo Supremo chega a 83%

### PONTOS DE VISTA

#### 20 A renovação da Justiça

ARNOLDO WALD

#### 286 Justiça para o Judiciário

ANTÔNIO BIAS BUENO GUILLON

### 38 Supremo Tribunal Federal

Com a Repercussão Geral, Supremo acha caminho para julgar menos e melhor

<b>44</b>	1ª TURMA	<b>48</b>
<b>PRESIDÊNCIA</b>	2ª TURMA	<b>70</b>

Decisões	<b>92</b>
Súmula Vinculante	<b>102</b>
Repercussão Geral	<b>102</b>

#### STF

Ayres Britto	<b>44</b>	Dias Toffoli	<b>50</b>	Marco Aurelio	<b>62</b>
Cármem Lúcia	<b>54</b>	Gilmar Mendes	<b>84</b>	Ricardo Lewandowski	<b>72</b>
Celso de Mello	<b>76</b>	Joaquim Barbosa	<b>88</b>	Rosa Weber	<b>68</b>
Cezar Peluso	<b>80</b>	Luiz Fux	<b>58</b>		

## 108 Superior Tribunal de Justiça

Demanda volta a crescer e ameaça atribuição de uniformizar jurisprudência

### DIREÇÃO 114

1ª SEÇÃO 120

1ª Turma 122

2ª Turma 128

2ª SEÇÃO 134

3ª Turma 136

4ª Turma 142

3ª SEÇÃO 148

5ª Turma 150

6ª Turma 157

Decisões 162

Súmula 168

Recursos Repetitivos 168

### STJ

Antonio Carlos Ferreira

144

Ari Pargendler

114

Arnaldo Esteves Lima

123

Benedito Gonçalves

124

Castro Meira

130

Cesar Asfor Rocha

131

Eliana Calmon

119

Felix Fischer

116

Francisco Falcão

125

Gilson Dipp

154

Herman Benjamin

129

Humberto Martins

132

Isabel Gallotti

145

João Otávio de Noronha

118

Jorge Mussi

152

Laurita Vaz

155

Luis Felipe Salomão

143

Marco Aurélio Bellizze

156

Marco Buzzi

146

Maria Thereza de Assis Moura

158

Massami Uyeda

138

Mauro Campbell Marques

133

Nancy Andriahi

139

Napoleão Nunes Maia Filho

126

Og Fernandes

159

Paulo de Tarso Sanseverino

137

Raul Araújo

147

Sebastião Reis Júnior

160

Sidnei Beneti

140

Teori Zavascki

127

Villas Bôas Cueva

141

### Convocados

Adilson Macabu

153

Vasco Della Giustina

161

<b>JURIS PLENUM</b>		
a. 8	n. 45	maio 2012

## **DOCTRINA**

Considerações sobre a inelegibilidade, face à rejeição de contas (o art. 1º, I, g, da Lei Complementar nº 64/90, com a redação dada pela Lei Complementar nº 135/10) FRANCISCO DE QUEIROZ BEZERRA CAVALCANTI.....	7
Princípio do contraditório: tendências de mudança da sua aplicação HUMBERTO THEODORO JÚNIOR, DIERLE JOSÉ COELHO NUNES .....	21
Recurso Extraordinário: repercussão geral como função social JOSENIR CASSIANO BORGES .....	51
O trabalho infantil e suas repercussões na seara previdenciária LUCÍLIA ISABEL CANDINI BASTOS, MARIANA CANDINI BASTOS .....	69
A interposição monofásica dos recursos criminais MAGNO FEDERICI GOMES, TATIANE CIBELLE DAS GRAÇAS .....	79

## **JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA**

### Acórdãos

STF - <i>Habeas Corpus</i> nº 106.871 .....	105
STJ - Recurso Especial nº 914.329 .....	108
STJ - Recurso Especial nº 1.018.392 .....	117
STJ - Recurso Especial nº 1.141.877 .....	122
TRF1 - Reexame Necessário nº 0039627-88.2010.4.01.3300 .....	127
TRF4 - Apelação Criminal nº 5000672-56.2010.404.7102 .....	131
TRF4 - Agravo de Instrumento nº 0000596-15.2012.404.0000 .....	134
TRF5 - Apelação Cível nº 533324 .....	137

### Ementário

Cível .....	141
Penal .....	162

## SUMÁRIO

DOCTRINA.....	13
Parecer: Magistratura. Concurso. Exclusão de candidato após a sua habilitação. Ilegalidade.	
<i>Carlos Thompson Flores</i> .....	15
Conciliações nos conflitos sobre direitos da Seguridade Social	
<i>Paulo Afonso Brum Vaz</i> .....	29
A eleição do conselho fiscal na sociedade anônima (comentário ao art. 161, § 4º, a, da Lei nº 6.404/76)	
<i>Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz</i> .....	41
Pressupostos hermenêuticos para o contemporâneo Direito Civil brasileiro: elementos para uma reflexão crítica	
<i>Luiz Edson Fachin</i> .....	49
DISCURSOS.....	59
<i>Otávio Roberto Pamplona</i> .....	61
<i>Jorge Antonio Maurique</i> .....	71
ACÓRDÃOS.....	81
Direito Administrativo e Direito Civil.....	83
Direito Penal e Direito Processual Penal.....	151
Direito Previdenciário.....	245
Direito Processual Civil.....	337
Direito Tributário.....	353
ARGUIÇÕES DE INCONSTITUCIONALIDADE.....	391
SÚMULAS.....	495
RESUMO.....	505
ÍNDICE NUMÉRICO.....	509
ÍNDICE ANALÍTICO.....	513
ÍNDICE LEGISLATIVO.....	525

REVISTA SEGURIDADE SOCIAL E TRIBUTAÇÃO		
--	--	--

a. 22	n. 110	Jan./mar 2012
-------	--------	---------------

# SUMÁRIO

7



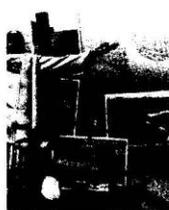
## Entrevista

Entrevista com o ministro da Previdência Social, Paulo Passarim, sobre o novo plano de previdência complementar e o papel do Estado na provisão de serviços sociais.



10

17



## Entrevista com o ministro

A sustentabilidade do sistema de previdência e o acesso aos serviços sociais são temas que permanecem presentes e urgentes. Em matéria de desenvolvimento humano, os índices não são motivo de orgulho.

20

24



## Sexto, mas nem tanto

Alçado à sexta economia do mundo, o Brasil, apesar dos avanços no setor, precisa enfrentar desafios para manter ritmo de crescimento e papel ativo das políticas públicas para atender a demandas sociais que permanecem presentes e urgentes. Em matéria de desenvolvimento humano, os índices não são motivo de orgulho.

26



28



## Idéias e Debates

A instituição da previdência complementar no serviço público significará a privatização de parte do regime próprio, o desestímulo ao ingresso de profissionais qualificados no serviço público, a fragilização das carreiras de Estado, a quebra da solidariedade entre as gerações de servidores, e não irá garantir aposentadoria digna para os futuros servidores.



37



**Normas Editoriais para Envio de Artigos** ..... 7

**Assunto Especial**

**PROVA – ANÁLISE E MEIOS**

**DOCTRINAS**

1. Documento Eletrônico Como Meio de Prova  
Augusto Tavares Rosa Marcacini ..... 9
2. A Prova em Sua Plurissignificação e Razão de Existir  
Alexandre Gazetta Simões..... 45
3. Argumentações sobre a Excepcional Iniciativa Probatória do Magistrado na Atual Tônica Processual Civil: um Embate sobre o Juiz Pilatos x o Juiz Contemporâneo  
Ana Surany Martins Costa ..... 53
4. O Livre Convencimento, Repartição do Ônus da Prova e Necessidade de Fundamentação dos Julgados. Temas Avaliados à Luz da Posição das Partes e do Juiz no Processo. Aplicação dos Artigos 131 e 333 do CPC e dos Artigos 5º, LV, e 93, IX, da CF  
Cristiano Augusto Rodrigues Possidio..... 69

**JURISPRUDÊNCIA**

1. Acórdão na Íntegra (STJ) ..... 77
2. Ementário..... 86

**Parte Geral**

**DOCTRINAS**

1. Assistência – Interesse Jurídico e Contraditório  
Ada Pellegrini Grinover..... 91
2. A Denominada Coisa Julgada Inconstitucional e o Processo Civil de Resultados no Estado Democrático de Direito Brasileiro  
Leonardo Oliveira Soares ..... 104
3. *Quosque Tandem Abutere Iustitia Patientia Nostra?*  
Manoel Hermes de Lima ..... 117
4. A Responsabilidade Civil do Fabricante e os Riscos do Desenvolvimento  
Ione Brum da Silva e Arnaldo Eurico Sasso Saraiva ..... 132

REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO		
a. 24	n. 3	mar. 2012

<b>Editorial</b>	<b>17</b>
<b>Juramento</b>	<b>19</b>
<b>Epígrafe</b>	<b>21</b>
<b>Ponto de Vista</b>	<b>23</b>
A atuação da Corregedoria Nacional de Justiça, 23 Eliana Calmon	
<b>Artigos Doutrinários</b>	<b>29</b>
Pode o juízo revidendo absolver condenado pelo tribunal do júri?, 29 Tourinho Filho	
O juízo cognitivo de moldura do discurso racional universalista do positivismo jurídico kelseniano como precursor dos discursos da área aberta, 35 Carlos Alberto Simões de Tomaz	
Atuação do STF na efetivação do direito à saúde no Brasil – Perspectivas da judicialização entre escassez e políticas públicas, 53 Alexandre Felix Gross	
<b>Inovações Legislativas</b>	<b>71</b>
Decreto 7.683, de 29 de fevereiro de 2012.	
Decreto 7.698, de 9 de março de 2012.	
Decreto 7.699, de 15 de março de 2012.	
Medida Provisória 561, de 8 de março de 2012.	
<b>Acórdãos — Inteiros Teores</b>	<b>73</b>
Corte Especial – Unidades de manejo florestal. Atribuições da Administração Pública. Ingerência do Poder Judiciário. Grave lesão à ordem e à economia públicas, 73 Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela 0009520-67.2010.4.01.0000/PA Relator: Desembargador Federal Olindo Menezes	
1ª Seção – Ato de juízo estadual. Usurpação da competência federal. Tribunal Regional Federal. Competência para processamento e julgamento do <i>mandamus</i> . Ação de alimentos. Pensão alimentícia. Conversão em pensão por morte. Alvará judicial. Via processual inadequada. Ausência do contraditório e da ampla defesa, 77 Mandado de segurança 2004.01.00.035997-0/PI Numeração única: 0023274-86.2004.4.01.0000 Relatora: Desembargadora Federal Neuza Alves	
2ª Seção – Conflito negativo de competência. Vara agrária x vara de competência geral. Natureza agrária. Desapropriação indireta. Inexistência, 81 Conflito de Competência 0064521-03.2011.4.01.0000/PA Relator: Desembargador Federal Carlos Olavo	

## Sumário

### **3ª Seção – Turbação de terra indígena por madeireiros, grileiros e garimpeiros. Ação civil pública para retirada dos invasores. Necessidade de assistência médico-sanitária em razão da presença de situação de saúde calamitosa, 83**

Numeração única: 0045443-77.1998.4.01.0000

Embargos Infringentes 1998.01.00.053400-2/RO

Relatora: Juíza Federal Hind Ghassan Kayath (convocada)

### **4ª Seção – Imposto de Renda. Não incidência sobre o abono de permanência em serviço. Matéria de índole constitucional, 92**

Numeração única: 0024060-42.2009.4.01.3400

Embargos Infringentes 2009.34.00.024216-0/DF

Relator: Desembargador Federal Reynaldo Fonseca

### **1ª Turma – Servidor público. Comissão Nacional de Energia Nuclear. Redução de jornada sem reflexos na remuneração e pagamento de horas extras. Lei 1.234/1950. Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia. Extinção. Criação de gratificação vinculada ao desempenho, 98**

Numeração única: 0044263-28.2005.4.01.3800

Apelação/Reexame Necessário 2005.38.00.044868-8/MG

Relatora: Desembargadora Federal Ângela Catão

### **2ª Turma – Servidor público. Extinção do DNER. Redistribuição dos servidores da ativa para o DNIT. Criação de plano especial de cargos na nova autarquia. Extensão de vantagens para os servidores aposentados do DNER. Ilegitimidade passiva do DNIT. Imputação da obrigação à União, 103**

Numeração única: 0004290-54.2009.4.01.3500

Apelação Cível 2009.35.00.004344-0/GO

Relatora: Desembargadora Federal Neuza Alves

### **3ª Turma – Habeas corpus. Recurso em sentido estrito. Busca e apreensão. Computadores do Ministério da Justiça. Ausência de autorização judicial, 113**

Recurso em Sentido Estrito 0029664-47.2010.4.01.3400/DF

Relator: Desembargador Federal Carlos Olavo

### **4ª Turma – Crime de embriaguez ao volante. Corrupção ativa. Materialidade e autoria delitivas comprovadas. Conjunto probatório harmônico. Dosimetria da pena. Modificação. Penas restritivas de direitos. Hipossuficiência, 115**

Numeração única: 0007048-83.2008.4.01.4100

Apelação Criminal 2008.41.00.007051-9/RO

Relator: Desembargador Federal Hilton Queiroz

### **5ª Turma – Ação de indenização. Acidente aéreo. Morte de estagiários. Danos morais. Responsabilidade solidária. Litisconsórcio facultativo. Responsabilidade civil. Nexo de causalidade. Dano. Dever de indenizar. Quanto indenizatório. Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Redução, 124**

Numeração única: 0005158-69.2003.4.01.3200

Apelação/Reexame Necessário 2003.32.00.005157-3/AM

Relator: Juiz Federal Evaldo de Oliveira Fernandes, filho (convocado)

### **6ª Turma – Ibama. Apreensão de equipamentos. Reforma de rodovia. Atividade realizada sem o devido licenciamento ambiental. Infração ambiental configurada. Responsabilidade objetiva, 139**

Numeração única: 0004409-40.2009.4.01.4300

Apelação Cível 2009.43.00.004409-3/TO

Relator: Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro

**7ª Turma – Exceção de pré-executividade em execução fiscal. Taxa de ocupação. Terreno de marinha. Alienação do domínio pelo ocupante sem pagamento do laudêmio, prévia ciência e aquiescência da União e alteração do cadastro/SPU. Responsabilidade do alienante, 141**

Numeração única: 0000060-81.2009.4.01.3301

Apelação Cível 2009.33.01.000060-9/BA

Relatora: Juíza Federal Mônica Neves Aguiar da Silva (convocada)

**8ª Turma – Contribuição previdenciária. Juiz classista. Alteração do regime de previdência pela Lei 9.528/1997. Restituição dos valores recolhidos com base na Lei 6.903/1981. Interesse de agir. Contagem recíproca. Distinção entre regimes. Aposentação. Retorno ao RPPS. Utilização do tempo para concessão de benefício de risco, 143**

Numeração única: 0006844-22.2001.4.01.3700

Apelação Cível 2001.37.00.006889-4/MA

Relator: Juiz Federal Cleberson José Rocha (convocado)

**1ª Turma Suplementar – Embargos à execução. Ação obstaculizando execução de comando judicial proferido há mais de vinte e cinco anos. Questões exaustivamente examinadas pela contadoria judicial. Credibilidade do órgão técnico auxiliar do juízo. Cálculos acolhidos, 146**

Numeração única: 0025378-85.2003.4.01.0000

Apelação Cível 2003.01.00.008883-3/DF

Relator: Juiz Federal Mark Yshida Brandão (convocado)

**2ª Turma Suplementar – Auxílio-transporte. Locomoção intermunicipal. Interpretação. Razoabilidade, 150**

Numeração única: 0000157-75.2005.4.01.3801

Apelação Cível 2005.38.01.000144-2/MG

Relatora: Juíza Federal Rosimayre Gonçalves de Carvalho (convocada)

**3ª Turma Suplementar – Pensão por morte. Esposa e ex-cônjuge. Rateio do valor do benefício em proporções iguais, 152**

Numeração única: 0010380-58.2006.4.01.9199

Apelação Cível 2006.01.99.011267-8/MG

Relatora: Juíza Federal Adverci Rates Mendes de Abreu (convocada)

**4ª Turma Suplementar – Concessão do serviço público de energia elétrica. Intervenção. Transferência do controle acionário da Companhia Energética do Maranhão – Cemar. Idoneidade financeira da empresa SVM Participações e Empreendimentos Ltda. Impossibilidade de apreciação pelo Poder Judiciário, 153**

Numeração única: 0002497-80.2004.4.01.0000

Agravo de Instrumento 2004.01.00.000848-7/MA

Relator: Juiz Federal Grigório Carlos dos Santos (convocado)

**5ª Turma Suplementar – Concurso público. Auditor fiscal do Tesouro Nacional. Suspensão por ordem judicial. Demora na conclusão do certame. Responsabilidade civil não caracterizada. Inexistência de ato ilícito, 155**

Numeração única: 0009943-27.2001.4.01.3400

Apelação Cível 2001.34.00.009953-7/DF

Relator: Juiz Federal Rodrigo Navarro de Oliveira (convocado)

**6ª Turma Suplementar – Embargos de terceiro. Penhora de bens. Sucessão de empresa. Prova. Ônus do exequente. Necessidade de demonstração de continuidade da atividade empresarial. Mudança de endereço averbada na junta comercial. Descaracterização de dissolução irregular, 158**

Numeração única: 0040599-88.2005.4.01.9199

Apelação Cível 2005.01.99.072179-8/GO

Relator: Juiz Federal Sílvio Coimbra Mourthé (convocado)

**7ª Turma Suplementar – Livre exercício profissional. Conselho Federal de Medicina. Cassação do registro profissional. Punição disciplinar a médico suspeito de tortura. Impossibilidade. Ausência de suporte probatório. Prescrição. Não ocorrência, 160**

Numeração única: 0020576-10.2004.4.01.0000

Apelação/Reexame Necessário 2004.01.00.030153-6/DF

Relator: Juiz Federal Gláucio Maciel (convocado)

## Decisões Monocráticas

163

**Pedido de liminar. Atribuição de efeito suspensivo. Recurso extraordinário. Acórdão que determinou a exigência de realização de procedimento licitatório para a celebração de contrato de concessão após a edição da Lei 8.630/1993, 163**

Medida Cautelar inominada 0004297-65.2012.4.01.0000/DF

Relator: Desembargador Federal José Amílcar Machado

**Extinção da punibilidade. Ocorrência da prescrição. Determinação do arquivamento dos autos no juízo de origem, julgando prejudicado o recurso especial, 164**

Numeração única: 0002890-16.2002.4.01.3802

Apelação Criminal 2002.38.02.002862-1/MG

Relator: Desembargador Federal Olindo Menezes

**Declaração de extinção da punibilidade em razão da prescrição da pretensão punitiva estatal, pela pena *in concreto*, de forma retroativa. Apelação prejudicada, 165**

Numeração única: 0003373-70.2007.4.01.3802

Apelação Criminal 2007.38.02.003373-8/MG

Relatora: Desembargadora Federal Assusete Magalhães

**Pedido de antecipação da tutela recursal, atribuindo efeito suspensivo, para assegurar a município o direito à formalização de convênios com órgãos federais, bem assim, ao repasse financeiro daí decorrente, independentemente da inclusão do seu nome em cadastros de inadimplentes, até o pronunciamento definitivo da turma julgadora, 166**

Agravo de Instrumento 0007999-19.2012.4.01.0000/GO

Relator: Desembargador Federal Souza Prudente

**Decisão que negou seguimento à apelação contra sentença que assegurou à autora a concessão do benefício de aposentadoria por invalidez desde a cessação do último benefício de auxílio-doença, com o pagamento das prestações correlatas, 168**

Numeração única: 0000364-98.2006.4.01.3814

Apelação Cível 2006.38.14.000363-0/MG

Relatora: Desembargadora Federal Neuza Alves

## JEFs em Revista

171

**Condenação da CEF ao pagamento de indenização por dano moral. Pagamento do DPVAT por meio da internet. Ausência de repasse do valor ao Detran. Transtorno para a autora. Detenção em *blitz*, 171**

Numeração única: 0007722-29.2009.4.01.3000

Recurso inominado 2009.30.00.900904-3/AC

Relatora: Juíza Federal Substituta Luciana Raquel Tolentino de Moura

**Pedido de anulação de crédito tributário. Contribuição previdenciária. Realização de obra de construção civil. Área construída do imóvel superior ao limite de isenção, 172**

Numeração única: 0008558-36.2008.4.01.3000

Recurso inominado 2008.30.00.903584-7/AC

Relatora: Juíza Federal Substituta Luciana Raquel Tolentino de Moura

**INSS. Agravo de instrumento. Restabelecimento do benefício de auxílio-doença. *Periculum in mora* inverso, 173**

Numeração única: 0000536-09.2012.4.01.9350/GO

Relator: Juiz Federal Marcelo Meireles Lobão

**Pensão por morte. Ex-mulher separada judicialmente. Dependência econômica não demonstrada. Recurso desprovido, 174**

Numeração única: 0031650-16.2008.4.01.3300

Recurso inominado 2008.33.00.711730-0/BA

Relator: Juiz Federal Valter Leonel Coelho Seixas

**Auxílio-reclusão. Verbas de natureza extraordinária. Baixa renda não comprovada. Art. 333, I, CPC. Benefício indevido, 175**

Numeração única: 0021609-60.2008.4.01.3600

Recurso inominado 2008.36.00.902161-5/MT

Relator: Juiz Federal Jeferson Schneider

**Assistência social. Benefício de prestação continuada. Pessoa portadora de deficiência. Menor de idade. Possibilidade. Restrição na participação social. Hipossuficiência econômica, 176**

Numeração única: 0024282-89.2009.4.01.3600

Recurso inominado 2009.36.00.902710-2/MT

Relator: Juiz Federal Jeferson Schneider

**Conflito negativo de competência. Anulação de auto de infração que redundou em multa e perdimento de mercadoria. Fixação da competência pela matéria de fundo. Ato administrativo.**

**Servidor público federal civil. Cargo de provimento efetivo. Exercício de funções comissionadas. Interrupção voluntária do vínculo com o serviço público federal. Retorno ao Poder Judiciário em cargo de provimento efetivo. Quintos. Décimos. Incorporação.**

**Conflito de competência. Juizado especial federal e juízo federal. Remoção. Anulação de ato administrativo. Vedação expressa do art. 3º, § 1º, inciso III, da Lei 10.259/2001.**

**Conflito de competência. Telecomunicações. Lei 4.117/1962. Rádio clandestina. Lei 9.472/1997. Juizado especial federal e vara federal comum.**

**Responsabilidade civil. Concurso público. Exame psicotécnico. Ilegalidade reconhecida judicialmente. Indenização pela tardia nomeação calculada com base nos vencimentos do cargo. Impossibilidade. Embargos infringentes.**

**Conta-corrente. Valores em trânsito. Retenção. Suspeita de proveniência ilícita. Prerrogativa de medida cautelar administrativa. Ação judicial para respaldá-la. Ato lícito. Participação do correntista na ilicitude do dinheiro. Responsabilidade civil por dano material e moral. Fixação da indenização em valor exorbitante. Rejulgamento da causa.**

**Conflito de competência. Mandados de segurança: atos coatores autônomos.**

**Conflito negativo de competência. Ajuizamento de ação cautelar inominada pelo contribuinte preparatória de futuros embargos à execução fiscal. Inexistência de processo executivo. Competência do juízo suscitante.**

**Restabelecimento de benefício de pensão por morte. Ampla defesa. Devido processo legal. Inobservância.**

**Processo administrativo disciplinar. Servidor público. Uso do cargo em benefício próprio. Pena de demissão. Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.**

**Patrocínio simultâneo ou tergiversação. Não configuração. Atipicidade da conduta. Absolvição sumária mantida.**

## Sumário

Abandono de função e falsidade ideológica. Processo administrativo disciplinar. Provimento judicial. Afastamento de 60 dias para exoneração. Prejuízo para a Administração Pública. Não ocorrência.

Desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária. Ausência de fundamento legal para o desconto de valores pertinentes ao *passivo ambiental*.

Transporte gratuito a idosos e pessoas deficientes carentes. Reintegração à lide de empresas aéreas. Ilegitimidade passiva *ad causam* de município. Não exclusão do transporte aéreo. Dignidade das pessoas hipossuficientes.

Contrato de mútuo para construção de empreendimento imobiliário. Ação ordinária ajuizada pela construtora por alegado descumprimento contratual. Pedido de indenização por perdas e danos, lucros cessantes e danos emergentes, além de dano moral.

Apreensão de espécimes da fauna silvestre. Criação sem autorização da autoridade competente. Infração administrativa. Multa. Decreto 3.179/1999, art. 11, *caput*. Hipótese de dispensa (§ 2º do art. 11).

Execução fiscal. Conselho profissional. Falta de recolhimento das custas processuais.

Execução de título judicial. Mandado de segurança coletivo. Prescrição. Ato de autoridade. Limitação.

Servidor público. Estágio probatório. Aplicação imediata da EC 19/1998. Inexistência de direito adquirido ao regime anterior.

Processo administrativo disciplinar. Acumulação de cargos públicos. Incompatibilidade de horário. Jornada excessiva. Aplicação da penalidade de suspensão em razão de violação de dever funcional. Inexistência de dupla punição (*bis in idem*).

Servidora pública. Pensão por morte. Companheiro. União estável reconhecida administrativamente. Designação e comprovação de dependência. Desnecessidade.

Aposentadoria por invalidez. Nulidade da sentença. Imprescindibilidade da instrução processual. Manutenção do benefício previdenciário. Remessa dos autos ao juízo de primeiro grau.

Competência. Autarquia federal. União. Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Litisconsórcio passivo. Foro competente. Exclusão da União. Foro da capital do Estado. Possibilidade de eleição do foro pelo autor.

Nulidade da sentença por julgamento *citra petita*. Não ocorrência. Existência de relação jurídica. Cooperativa médica. Submissão à Lei 9.656/1998. Ressarcimento ao SUS pelas operadoras de plano de saúde privado.

Embargos de terceiro. Transferência de propriedade. Procuração. Instrumento inadequado. Fraude à execução. Prova acerca da má-fé do adquirente. Súmula 375 do STJ. Inaplicabilidade às execuções fiscais.

---

**Repositórios Oficiais de Jurisprudência**

**191**

---

**Normas de Envio de Artigos Doutrinários à Revista**

**193**

# REVISTA JURÍDICA NOTADEZ

a. 60

n. 413

mar. 2012

## **Doutrinas**

### **CIVIL, PROCESSUAL CIVIL E COMERCIAL**

1. Perspectivas Epistemológicas do Direito Subjetivo  
Darci Guimarães Ribeiro ..... 9
2. Dos Honorários Advocatícios na Fase de Cumprimento  
da Sentença na Lei nº 11.232/2005 e no Novo Projeto do  
Código de Processo Civil  
Carlos Alberto de Santana..... 39
3. Efetividade do Direito Fundamental à Razoável Duração do  
Processo: Desafios, Possibilidades e Perspectivas  
João Carlos Leal Júnior e Francisco Emílio Baleotti ..... 77

### **PENAL E PROCESSUAL PENAL**

1. Liberdade e Segurança em Direito Penal. O Problema da  
Expansão da Intervenção Penal  
Fabio Roberto D'Avila ..... 103
2. Lavagem de Dinheiro: a Questão do Bem Jurídico Tutelado  
João Paulo Orsini Martinelli ..... 115

## **Jurisprudência**

### **CIVIL, PROCESSUAL CIVIL E COMERCIAL**

#### ACÓRDÃO NA ÍNTEGRA

1. Superior Tribunal de Justiça ..... 135
2. Superior Tribunal de Justiça ..... 141
3. Tribunal Regional Federal da 1ª Região ..... 149
4. Tribunal Regional Federal da 2ª Região ..... 155

#### EMENTÁRIO DE JURISPRUDÊNCIA

1. Ementário de Jurisprudência Civil, Processual Civil e Comercial .... 169

REVISTA ZÊNITE – INFORMATIVO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS		
---	--	--

a. 19	n. 216	fev. 2012
-------	--------	-----------

# SUMÁRIO

COD. ACERVO: 96767  
CÓD. EXEMPL: 9898845

## DOCTRINA

- 125** O equilíbrio econômico-financeiro *lato sensu* dos contratos administrativos e as suas múltiplas espécies

*Ricardo Alexandre Pinheiro de Oliveira*

- 137** Prestação de serviços de locação de veículos – Recurso administrativo hierárquico

*Guilherme Carvalho e Sousa*

## SISTEMA "S"

- 145** A adoção do carona em registro de preços pelas entidades do Sistema "S"

*Rodrigo Vissotto Junkes*

## REGISTRO DE PREÇOS

- 148** Quando a carona pode não ser perigosa – Uma proposta de aplicabilidade para a adesão tardia a atas de registro de preços

*Azimeri Martins*

## PREGÃO EM DESTAQUE

- 158** Pregão – Habilitação – Amostras – Recurso

*Guilherme Luis da Silva Tambellini*

## OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

- 167** Incorporação de disposições da Lei nº 12.462/11 (RDC) à Lei nº 8.666/93

*Benedicto de Tolosa Filho*

## CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

- 171** Licitações para a Copa do Mundo e as Olimpíadas – Comentários sobre algumas inovações da Lei nº 12.462/11

*Daniel Ferreira*

*José Anacleto Abduch Santos*

## ORIENTAÇÃO PRÁTICA

- 184** Alienação de bem público e direito de preferência do locatário

## PERGUNTAS E RESPOSTAS

- 187** 1. Microempresas e empresas de pequeno porte – Licitação – Exclusiva – Ata de registro

- 187** 2. Recursos – Decisão – Prazo.

- 188** 3. Licitação por itens – Habilitação – Documentação relativa a cada item.

- 189** 4. Fornecimento – Contrato – Duração adstrita à vigência dos créditos orçamentários.

- 189** 5. Garantia – Contratual – Prazo de vigência do contrato – Prorrogação – Conduta da Administração – Renovação da garantia – Possibilidade.

- 190** 6. Ato convocatório – Fornecimento – Cobrança de taxas – Envio por e-mail – Impossibilidade.

- 191** 7. Anulação – Parcial – Possibilidade.

- 191** 8. Serviços – Prestação e fornecimento – Distinção – Aquisição de vale-transporte – Caracterização.

- 192** 9. Dispensa de licitação – Associação de portadores de deficiência – Requisitos.

- 192** 10. Contrato – Fiscalização – Boas práticas.

## JURISPRUDÊNCIA

- 194** Recurso Especial nº 1.202.715 – STJ  
*Inexigibilidade de licitação – Serviço de publicidade – Inviabilidade de competição – Excepcionalidade.*

- 198** Recurso Especial nº 1.257.886 – STJ  
*Qualificação técnica – Atestado – Execução anterior – Comprovação de experiência em atividades congêneres ou similares ao objeto da licitação – Legalidade da exigência.*

## TRIBUNAIS DE CONTAS

- 201** Acórdão nº 3.124/2011 – TCU – Plenário  
*Julgamento – Critérios de julgamento – Menor somatório dos preços unitários – Impossibilidade de adoção.*

- 214** Acórdão nº 3.290/2011 – TCU – Plenário  
*Inexigibilidade de licitação – Aquisição direta de livros – Exclusividade de editoração e comercialização das obras – Absoluta ou relativa – Possibilidade.*



REVISTA JURÍDICA CONSULEX		
---------------------------	--	--

a. 16	n. 365	abr. 2012
-------	--------	-----------

ENTREVISTA

ARQUIVO PESSOAL



## 6 DIREITO E POESIA

### LEI CARECE DE ENTENDIMENTO PROFUNDO DO HOMEM

Graduado em diferentes campos do saber, JACOB PINHEIRO GOLDBERG mostra que a opção pelos estudos do Direito, da Psicologia e do Serviço Social foi consciente, tendo a poesia surgido de forma natural em sua vida. Todo este conhecimento acadêmico e sensibilidade poética não poderiam resultar senão no enorme desafio de bem compreender a essência do ser humano. Em entrevista exclusiva à *Consulex*, concedida à repórter especial Simone Jardim, o insigne Mestre revela o homem sob uma fascinante perspectiva integradora das suas nuances jurídica, sociológica, psicológica e espiritual, e tece considerações sobre a advocacia, a violência e o Direito. Diante de uma norma injusta, quem mais se atreveria a questionar: *Que lei é essa, que carece do entendimento mais profundo da "aventura comum" que é a condição humana?*

CAPA

PINMAC



## 24 O MARCO JURÍDICO DA COPA DO MUNDO DE 2014

Outrora comemorada com grande júbilo, a candidatura e escolha do Brasil como país-sede de grandes eventos internacionais, como a Copa das Confederações (2013), a Copa do Mundo (2014) e os Jogos Olímpicos (2016), agora rende aos brasileiros mais que alegria. As preocupações que perpassam as ponderações dos ilustres articulistas tratam dos desafios e dos aspectos jurídicos, econômicos, sociais e estruturais ligados à realização destes megaeventos. De estádios e arenas, aeroportos, segurança pública, transportes, direitos do consumidor, telecomunicações até as peculiaridades da Lei Geral da Copa, ainda em votação no Congresso Nacional, em especial o RDC, a unanimidade consiste em mensurar prioridades, equilibrar gastos e estender reais benefícios no tempo, preservando-se o futuro dos brasileiros, que depois da Copa continuarão sendo mais que torcedores, cidadãos.

ARTIGOS

#### DESTAQUE

**Direito universal à liberdade religiosa?**

22 Aldir Guedes Soriano

#### CONTEXTO

**Você geraria um filho para salvar outro?**

42 Eudes Quintino de Oliveira Júnior

#### IN VOGA

**STF x Senado Federal – HC nº 97.256: um round no controle de constitucionalidade?**

44 Marcus Vinicius Martins Antunes

#### TENDÊNCIAS

**Implicações do FATCA no Direito brasileiro**

46 Maristela Ferreira de Souza Miglioli e Ana Paula Caldin da Silva

#### PORTAL JURÍDICO

**Como fica a sua privacidade com o novo atrevimento do Google?**

48 José Antonio Milagre

#### CONJUNTURA

**A política pública de concessão de incentivos fiscais à inovação tecnológica**

50 Caroline Viriato Memória

#### ENFOQUE

**Arquivos de consumo e o desvirtuamento de sua função**

52 Vitor Vilela Gugliński

#### OBSERVATÓRIO JURÍDICO

**Tráfico de animais – Breves considerações**

56 Roberta Raphaelli Pioli

#### GESTÃO EMPRESARIAL

**Gestão de empresas no contexto do IFRS**

58 Francisco Petros

#### DOCTRINA

**Deveres fundamentais e a Constituição brasileira**

59 Julio Pinheiro Faro

#### DOCTRINA

**Tráfico de drogas e o voto do Ministro Ayres Britto**

64 Luiz Flávio Gomes

#### PONTO DE VISTA

**Homem e mulher têm, efetivamente, direitos iguais?**

66 Ana Luisa Porto Borges

## SEÇÕES

5 Com a palavra...

10 Crítica & Autocrítica

12 Indicadores Econômicos

13 Cartas & Críticas

14 Gestão de Escritório

15 Painel do Leitor

17 Painel Econômico

18 Propostas e Projetos

20 Direito Internacional

<b>REVISTA DE DIREITO PRIVADO</b>		
a. 13	n. 49	Jan./mar. 2012

<b>RT – 100 ANOS RENOVADOS.....</b>	<b>5</b>
-------------------------------------	----------

**TEORIA GERAL**

1. Apontamento sobre direito natural ROSA MARIA DE ANDRADE NERY.....	13
2. Hermenêutica dos direitos fundamentais e princípio personalista na Itália e na União Europeia VINCENZO SCALISI Traduzido por FRANCISCO DE ASSIS BELGO.....	33

**DIREITOS DA PERSONALIDADE**

1. O direito à vida, o direito ao corpo e às partes do corpo, o direito ao nome, à imagem e outros relativos à identidade e à figura social, inclusive intimidade LUCIANO DE CAMARGO PENTEADO .....	73
--	----

**CONTRATOS**

1. A extinção do contrato de agência e os modelos de proteção ao agente no âmbito do Direito Europeu GUSTAVO HAICAL.....	113
2. É possível ir além da relatividade contratual? Função social do contrato e contornos da autonomia privada FELIPE RAMINELLI LEONARDI.....	147

**RESPONSABILIDADE CIVIL**

1. A fixação do valor da indenização por danos morais nas relações de consumo – Um estudo das sentenças do Tribunal de Justiça de Goiás de 2009 a 2010 CLÁUDIO ROBERTO DOS SANTOS KOBAYASHI .....	189
2. Responsabilidade civil e teoria da confiança: análise da responsabilidade pré-contratual e o dever de informar PAULA FERRARESI SANTOS.....	209

**EMPRESARIAL**

1. A confidencialidade na arbitragem: regra geral e exceções  
 JOSÉ ANTONIO FICHTNER, SERGIO NELSON MANNHEIMER E ANDRÉ LUÍS  
 MONTEIRO ..... 227
2. A responsabilidade do órgão de supervisão do sistema financeiro  
 pela ordem ilegítima de encerramento de atividades  
 HORST HAMMEN  
 Traduzido por MARCELO BOFF LORENZEN ..... 287

**SOCIETÁRIO**

1. Instrumentos de capitalização societária  
 GUSTAVO SAAD DINIZ ..... 313

**FALÊNCIA**

1. Falência e recuperação de empresas: acordo de credores na Assembleia Geral  
 VINÍCIUS JOSE MARQUES GONTIJO ..... 333

**DIREITOS REAIS**

1. Expropriação civil: um estudo dos §§ 4.º e 5.º do art. 1.228 do CC/2002  
 JOSÉ AMÉRICO ZAMPAR JÚNIOR ..... 347

**PARECER**

1. Prescrição e decadência a partir da perspectiva do direito intertemporal e o julgamento direto do mérito pelo Tribunal de Justiça a partir da aplicação da teoria da causa madura (art. 515, § 3.º, do CPC)  
 NELSON NERY JUNIOR ..... 385

**JURISPRUDÊNCIA ANOTADA**

1. Acórdãos

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – Ação indenizatória – Danos moral e material – Policial militar que, estando em serviço, efetua disparos com arma de fogo da corporação contra civil, por interesse particular – Vítima que sofre diminuição na capacidade laborativa, além de danos estéticos e psíquicos  
 Resenha por ANA LUIZA DE ANDRADE NERY ..... 427

## RESENHAS

1. *Morrer e suceder – Passado e presente da transmissão sucessória concorrente*, de Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka  
Resenha por ROSA MARIA DE ANDRADE NERY ..... 469
2. *Multa contratual – Teoria e prática da cláusula penal*, de Christiano Cassettari  
Resenha por ANA LUIZA DE ANDRADE NERY..... 471
3. *Hipoteca – Constituição, eficácia e extinção*, de Augusto Passamani Bufalín  
Resenha por GEORGES ABBOUD..... 473

**NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORA INÉDITA..... 477**

# REVISTA SÍNTESE DIREITO ADMINISTRATIVO

a. 7

n. 75

mar. 2012

## Sumário

**Normas Editoriais para Envio de Artigos** .....7

### Assunto Especial

#### APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE

##### DOUTRINAS

1. O Proporcional e o Razoável: a Contribuição Pioneira de Rui Barbosa ao Estudo do Critério da Necessidade e do Princípio da Razoabilidade  
Hidemberg Alves da Frota .....9
2. Razão e Proporção: os Dois Lados de uma Equação no Ordenamento Jurídico Brasileiro  
Elói Martins Senhoras e Ariane Raquel Almeida de Souza Cruz .....46

##### JURISPRUDÊNCIA

1. Acórdão na Integra (STJ) .....52
2. Ementário.....62

### Parte Geral

##### DOUTRINAS

1. As Funções da Administração Pública  
Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas .....68
2. O Princípio da Legalidade Administrativa e o Procedimento Licitatório Simplificado da Petrobras (Decreto nº 2.745/1998)  
Jacob Arnaldo Campos Farache .....88
3. Controle Judicial da Atividade Normativa das Agências Reguladoras  
Luiz Eduardo Diniz Araujo..... 114
4. A Inversão de Fases no Procedimento Licitatório e o Possível Conflito entre o Artigo 43 da Lei Federal nº 8.666/1993 e o Artigo 16 da Lei nº 13.278/2002 do Município de São Paulo  
Alexandre Levin ..... 134
5. Verba Honorária Percebida pelos Procuradores Municipais Não Integra os Vencimentos para Efeito de Teto Remuneratório  
Kiyoshi Harada..... 142

##### JURISPRUDÊNCIA

##### ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

1. Tribunal Regional Federal da 1ª Região..... 148

2. Tribunal Regional Federal da 2ª Região.....	167
3. Tribunal Regional Federal da 3ª Região.....	174
4. Tribunal Regional Federal da 4ª Região.....	180
5. Tribunal Regional Federal da 5ª Região.....	190

**EMENTÁRIO DE JURISPRUDÊNCIA**

1. Ementário de Jurisprudência de Direito Administrativo .....	194
--	-----

**Seção Especial**

**PARECER**

1. Legal Opinion Sérgio Gilberto Porto.....	224
--	-----

<b>Clipping Jurídico .....</b>	<b>233</b>
--------------------------------	------------

<b>Resenha Legislativa.....</b>	<b>240</b>
---------------------------------	------------

<b>Bibliografia Complementar .....</b>	<b>241</b>
--	------------

<b>Índice Alfabético e Remissivo.....</b>	<b>242</b>
---	------------

# REVISTA SÍNTESE TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

a. 48

n. 273

mar. 2012

**Normas Editoriais para Envio de Artigos** .....7

## **Assunto Especial**

### **A RELAÇÃO DE EMPREGO RECONHECIDA PELA LEI Nº 12.551/2011**

#### **DOCTRINAS**

1. Direito Humano Fundamental ao Emprego: Subordinação Jurídica e o Novel Artigo 6º da CLT  
Carlos Henrique Bezerra Leite e Jedson Marcos dos Santos Miranda.....9
2. O Reconhecimento Legal da Relação de Emprego do Teletrabalhador  
Francisco das C. Lima Filho..... 17

#### **COM A PALAVRA, O PROCURADOR**

1. Teletrabalho e Trabalho a Distância: Considerações sobre a Lei nº 12.551/2011  
Gustavo Filipe Barbosa Garcia .....28

#### **JURISPRUDÊNCIA**

1. Acórdão na Íntegra (TRT 2ª R.) .....35
2. Ementário.....37

## **Parte Geral**

#### **DOCTRINAS**

1. Novas Formas de Contratação Urbanas e Rurais  
Georgenor de Sousa Franco Filho .....41
2. Simples Precarização Trabalhista: Análise do Projeto de Lei nº 951/2011  
Amauri Cesar Alves .....52
3. O Princípio da Proteção Como Fundamento para a Aplicação Subsidiária do Artigo 475-J ao Processo do Trabalho  
César Leandro de Almeida Rabelo e Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas .....67

#### **JURISPRUDÊNCIA TRABALHISTA**

##### **ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA**

1. Superior Tribunal de Justiça.....92
2. Tribunal Superior do Trabalho .....101
3. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região .....107
4. Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região .....111

# REVISTA JURÍDICA NOTADEZ

a. 60

n. 411

Jan. 2012

## **Doutrinas**

### **CIVIL, PROCESSUAL CIVIL E COMERCIAL**

1. Coisa Julgada (Coletiva)  
Alexandre Grandi Mandelli..... 9
2. O 1º Jhering e a Processualística do Século XIX  
Marcel Piterman ..... 45
3. O Direito e o Combate ao Comércio “Pirata”  
Fábio Torres de Sousa ..... 55
4. Uma Análise das Possibilidades e Limites das Reformas  
Processuais na Perspectiva da Garantia do Acesso à Justiça  
Carlos Alberto de Santana..... 73
5. A Instrumentalidade Objetiva do Recurso Extraordinário  
Guilherme Beux Nassif Azem ..... 93

### **PENAL E PROCESSUAL PENAL**

1. Visita Virtual do Encarcerado: Nova Ferramenta do Estado  
para Humanizar e Ressocializar  
Luís Fernando Quinteiro de Souza..... 101
2. A Vedação da Dupla Punição Penal e o Estado Constitu-  
cional de Direito: um Ensaio sobre a Inconstitucionalidade  
da Extraterritorialidade Incondicionada no Ordenamento  
Jurídico Brasileiro  
Márcio Eduardo da Silva Pedrosa Morais ..... 111

## **Jurisprudência**

### **CIVIL, PROCESSUAL CIVIL E COMERCIAL**

#### ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

1. Superior Tribunal de Justiça ..... 129
2. Superior Tribunal de Justiça ..... 139